

VELHOS EM PERIGO

IMPrensa, VELHICE E VIOLÊNCIA
(PARAÍBA, 1994-2005)

ALARCON AGRA DO Ó

VELHOS EM PERIGO

IMPRENSA, VELHICE E VIOLÊNCIA

(PARAÍBA, 1994-2005)

ALARCON AGRA DO Ó

VELHOS EM PERIGO

IMPrensa, VELHICE E VIOLÊNCIA

(PARAÍBA, 1994-2005)



Campina Grande-PB
2016

A277v

Agra do Ó, Alarcon.

Velhos em perigo : imprensa, velhice e violência (Paraíba, 1994 – 2005) / Alarcon Agra do Ó. — Campina Grande: EDUFCG, 2014.

100 p.

ISBN: 978-85-8001-128-9

1. Velhos - História. 2. Imprensa. 3. Velhice. I. Título.

CDU 94-053.9

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – EDUFCG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. José Edílson Amorim
Reitor

Prof. Vicemário Simões
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Viviana Sousa Ramos
Editoreção Eletrônica

Yasmine Lima
Capa

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Leonardo Cavalcanti de Araújo (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

Para Kelly,
Artur, Tiago e Camila
- minha vida, meus amores.

É por ser demasiadamente humana, por fazer parte dos sonhos e pesadelos daqueles que a projetaram e a vivenciaram, é também por em cada momento da história, os corpos dela se apropriarem de maneira singular e, muitas vezes, distintas daquelas sonhadas por seus planejadores, que a cidade e os espaços construídos e modificados se apresentam como um objeto complexo e fonte inesgotável para uma história das sensibilidades.

Sonho com a possibilidade de fazer uma história das alegrias, na qual a trama seja tecida por boas vivências naquela espacialidade, porque a vida e a historiografia precisam ter mais da força e da beleza do riso e da felicidade.

Katyscia Kelly Catão de Sousa

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS

09

COMPANHEIROS DE VIAGEM

25

COMO SE FEZ O ESTUDO

37

CRIMES NOTICIADOS

41

PALAVRAS FINAIS

83

BIBLIOGRAFIA

89

PALAVRAS INICIAIS

A pesquisa aqui delineada quis discutir, a partir de um diálogo com certa produção de Michel Foucault (2008), as estratégias de governamentalização da velhice implicadas na construção midiática da violência que envolve pessoas idosas. Neste sentido, o estudo pretendeu estabelecer as condições de possibilidade de um exame das formas pelas quais a imprensa problematiza, num certo contexto histórico, relações entre experiências do envelhecimento e práticas de violência, imaginando que derivam daquela construção midiática uma *agenda* para a velhice e para os velhos (Magalhães, 2009; Njaine & Minayo, 2002; Pitta, 1995; Porto, 2002).

Para tanto, buscou-se a realização de uma “análise relativamente local, relativamente microscópica”, a qual almeja dar conta, nos seus limites, de tais “problemas gerais” (Foucault, 2008, p. 481).

O estudo organizou-se, neste sentido, sob a forma do exame de matérias do Jornal da Paraíba, publicadas entre 1994 e 2005.

Aquele jornal é um diário fundado em 1971 por um grupo de empresários e jornalistas e que, desde lá, tem circulado sem interrupção. Quanto à difusão das matérias do JP, ele atinge a um público diversificado, de três maneiras em especial: em primeiro lugar, ele chega como jornal impresso a leitores e assinantes em todo o estado; em segundo lugar, ele dispõe de uma face virtual, ou seja, uma página na internet, na qual sua edição é apresentada de forma integral para todos os que a acessam; por fim, o JP é lido, no ar, por um grande número de apresentadores de jornais das rádios locais, o que faz com suas matérias atinjam a um público de ouvintes que cabe considerar.

Formulada a partir da crença de que não há produção discursiva alheia à sua própria historicidade, a hipótese do presente estudo é a de que o Jornal da Paraíba (como, aliás, a imprensa em geral), ao noticiar

situações de violência que envolvem pessoas classificadas como idosas (Lloret, 1998), acaba por acionar e articular, nos limites de sua historicidade singular, uma política de verdade em torno da velhice (Njaine & Minayo, 2002).

Tal política de verdade, tornada possível nos limites de certo regime de verdade, se organiza sob a forma de uma série de descrições de condutas, as quais, por se mostrarem implicadas em situações de maior ou menor risco para os idosos, tornam-se num discurso prescritivo. Em suma, quer-se, desde ali, governar a velhice e os velhos, mesmo quando o noticioso afirma querer apenas informar, registrar, dar a conhecer a *verdade dos fatos* (Ellsworth, 2001). Neste sentido, o JP pode ser pensado como uma maquinaria comprometida com a produção e com a difusão de certas regras de conduta, tornando-se ele, de certa forma, num manual de civilidade e de (auto)governo (Agra do Ó, 2008; Leão, 2007).

A escolha do recorte temporal, por seu turno, sendo uma preocupação de extremo relevo para o historiador, tem suas razões. As datas apresentadas desde o início do Projeto são pensadas como marcos capazes de acolher e acionar algum sentido. 1994 é o ano em que se oficializa, no Brasil, a Política Nacional do Idoso (estabelecida pela Lei 8.842, de 04 de Janeiro de 1994), documento legal que institucionaliza o idoso como sujeito de direitos de forma nunca antes vista na história do país; 2005 é o ano em que aquele documento oficial completou dez anos – o que implicou em certa inflexão, pela carga simbólica da passagem de uma década.

Com a demarcação temporal que aponto, precisa e arbitrária como todas as outras, não quero afirmar que a construção e a oficialização de um documento no campo jurídico-político mudam de pronto as relações sociais, ou que a passagem de uma década traga em si alguma dimensão mítica a resgatar ou a celebrar. Entretanto, não me parece adequado imaginar que a legislação se faça sem a contribuição das lutas sociais, que

a antecedem e a sucedem, e tampouco me parece justo negligenciar a Política Nacional do Idoso (bem como, depois, o Estatuto do Idoso) do ponto de vista da história das relações intergeracionais no Brasil contemporâneo (Ost, 2005).

Ao contrário, prefiro supor que a invenção daquele documento significou a condensação, na lei, de embates havidos ao seu redor, nos movimentos sociais e na academia, bem como me é caro supor que a sua promulgação permitiu novas práticas sociais e culturais que são relevantes e significativas, pelo caráter disruptivo que ali se implica (Neder, 2007). Sua invenção rompe uma história e promove a inauguração de outra, enfim (Paim, 2006). Parece-me lógico, também, que a passagem dos primeiros dez anos daquela nova configuração das relações jurídico-políticas na nossa sociedade em relação à velhice possa ser pensada como um marco legítimo para o estudo acadêmico.

Por outro lado, o período estudado é recoberto, pela historiografia e por outros saberes, por outra máscara. Aquela teria sido uma época especialmente marcada pela experimentação da violência no país. Disto falam muitos autores, alguns dos quais estão indicados ao longo deste texto: a história do Brasil, desde meados do século XX, foi marcada pela intensificação da violência – preferencialmente contra grupos sociais específicos, contra condutas socialmente tidas como limítrofes, contra corpos individuais ou coletivos que recusa(va)m certa ordem das coisas ou, mesmo, não se ajusta(va)m às suas determinações.

Nisso o Brasil se articulou com tendências globais. Zygmunt Bauman, por exemplo, já chamou a atenção (2009) para a centralidade do medo e da busca por segurança mundo contemporâneo. Suas palavras fazem um estranho eco à voz de Eric Hobsbawm, para quem a violência é uma das experiências mais características e desastrosas da história do tempo presente (2007). Para este último, padrões civilizatórios construídos com imensas dificuldades durante séculos pela sociedade ocidental

teriam entrado em crise ao longo do século XX, em meio à eclosão de experiências variadas (e, muitas vezes, articuladas) de barbárie. Entre as formas de crise da civilização estariam as situações cada vez mais flagrantes de violência e de desrespeito aos direitos humanos por parte de Estados, de milícias armadas ou mesmo por indivíduos isolados.

Dados estatísticos ratificam tal pessimismo: no mundo, atualmente, segundo a Organização Mundial de Saúde, ocorrem cerca de um milhão e meio de mortes violentas por ano; na América Latina, segundo a Organização Panamericana de Saúde, ocorrem cerca de cento e vinte mil mortes violentas por ano (Briceño-León, 2005).

Estudos como os realizados pela antropóloga Alba Zaluar, por exemplo, têm indicado que o mesmo se dá, mais especificamente, em relação ao Brasil. O que diz aquela autora é que, no país, desde pelo menos os anos 1990, “o tema da violência (...) se tornou um dos que mais ocupa o debate público”, dadas a degradação e a brutalização das relações sociais que temos experimentado (1998, p. 246). A centralidade da violência na experiência histórica brasileira contemporânea é registrada também pelos organizadores de recente coletânea sobre a história da violência: para eles, “Nunca a violência foi tão discutida como atualmente no nosso país. Nunca tantos recursos públicos foram gastos para tentar conter os índices crescentes desse fenômeno” (Bustamante & Moura, 2009, p. 08).

Pensando mais especialmente na dinâmica da violência em São Paulo, Teresa Caldeira (2000) aponta para uma dimensão dramática, entre tantas outras, da proliferação do crime e das suas conseqüentes experimentações de sofrimento e segregação: a fragilização da democracia no país.

Nesse cenário pede atenção a violência que se exerce contra o homem e a mulher que são, no presente, aprisionados pelos nomes tantos da velhice (Barros, 1998; Côrte & Gomes, 2007; Lloret, 1998). A aspereza social em relação aos velhos e às velhas vem se mantendo, nos últimos cinquenta anos, como uma tendência constante e, em certas cir-

cunståncias, como algo que se ampliou, e se adensou. Contra os idosos tem pesado a sua fragilidade em relaçaõ às escalas biopolíticas em vigor, as quais sacralizam certas imagens de força e de juventude, bem como o etarismo que aí está implicado e que ultrapassa tais quadros, espalhando-se socialmente como matriz de preconceitos e abjeções sem conta (Agra do Ó, 2007; Berzins & Watanabe, 2005).

Esta violênciã se articula e se choca com o fenômeno do envelhecimento populacional brasileiro (cf. Foucault, 2008, p. 88 e segs.). Ora, conforme apontam diversos estudos, o perfil demográfico brasileiro tem sofrido, ao longo do século XX, uma série de alterações, as quais, entre outros desdobramentos, têm levado a um envelhecimento da população (Berquó, 2001). Com isto se quer dizer que, nos últimos cem anos, não apenas tem aumentado o número de pessoas idosas no corpo da população, como também que este coletivo tem se destacado pela sua dimensão, em termos relativos.

A diminuição das taxas de nascimento e de mortalidade, derivadas do aumento das informações quanto ao corpo e à saúde, do empoderamento feminino e da melhoria geral das condições de salubridade, se entrelaçaram num cenário em meio ao qual mais pessoas passaram a viver mais. A expectativa de vida ao nascer na Paraíba, por exemplo, passou de 58,71 anos para os nascidos em 1980, para 65,78 para os nascidos em 2000 (IBGE, 2006). Cabe destacar ainda que na Paraíba, em 2000, havia 247.415 habitantes com mais de 65 anos – numa população de 3.444.794 pessoas (IBGE, 2000).

Como as ciências sociais não permitem esquecer, entretanto, a expansão do envelhecimento não existe à margem de marcações de gênero, de classe, de região (Debert, 1999). Entre os segmentos populacionais mais pobres a velhice está menos disseminada que naqueles mais ricos, por exemplo (Neri, 2001).

O envelhecimento populacional brasileiro, assim, ainda mais porque tem sido caracterizado por uma velocidade pouco encontrada em outros países, sendo tão vincado pelas desigualdades sociais e de gênero que marcam a experiência histórica local, tem trazido consigo tensões sociais consideráveis, muitas das quais se implicam em situações de violência. Não se deseja, com isso, afirmar uma relação mecânica entre a pobreza e a violência – no entanto, não parece ser prudente negligenciar as relações possíveis entre aquelas experiências (Machado & Noronha, 2002). Ao menos, caberia a partir daí pensar nos modos pelos quais a imprensa, tanto quanto outras instituições sociais, elabora as aproximações ou os distanciamentos entre a pobreza e a violência (Cf. Fausto, 2001).

No caso específico da Paraíba, dados consolidados indicam que entre os anos 1990 e 2005 manteve-se um percentual de indigentes e pobres na população local superior à nacional, o que se associou a uma notável desigualdade na distribuição de renda. Não se deu, naquele período, avanço no índice de desenvolvimento humano, a Paraíba estando, em 2000, no 24º lugar no país. Já por aqueles anos a introdução de programas estatais de suplementação de renda contribuía para discreta queda nos níveis de pobreza e na desigualdade na distribuição de renda, mas num cenário de, ainda, poucas conquistas sociais efetivas nestas áreas (Araújo Júnior, s.d). Cumpre pensar acerca dos modos pelos quais tal face da experiência social do Estado é apropriada pela imprensa quando esta noticia as situações de violência que envolvem pessoas idosas, objeto de nossa pesquisa.

De todo modo, cada vez mais numerosos e mais visíveis no movimento de práticas históricas as mais diversas, os velhos e as velhas são personagens crescentemente envolvidos em situações de violência (Berquó, p. 2001, p. 20). Em situações de exclusão social mais definida, ou em contextos nos quais o apelo à juventude (e aos signos da agilidade, da eficiência e da produtividade) é prevalente, a população envelhecida

é tomada como alvo de preconceitos e de exclusões (Agra do Ó, 2007; Veras et alii, 2005).

Conforme aponta Tânia Navarro Swain, para tanto contribui o fato de que a velhice é um tema tabu na experiência contemporânea, na medida em que ela é construída imagetivamente como o oposto da força e da vitalidade que caracterizam a única faixa etária legítima, a juventude (2006). É a partir daí que os corpos presos sob os nomes da velhice são envolvidos em situações de violência, as quais, como é apontado pela literatura especializada, se dão sob múltiplas formas.

Nas suas grandes linhas, o que é apontado como mais recorrente é a existência de casos de agressões no interior das relações familiares (o que chega a responder por quarenta por cento das queixas de idosos); de, outras, havidas no espaço público e relacionadas à consideração social de que o idoso é frágil, logo, mais suscetível a asperezas e a violações do patrimônio. Outras formas de violência, como o que deriva de negligência familiar ou social (num sentido mais amplo), ou o desrespeito por instituições, ou, mesmo, situações de violência no trânsito, também acometem e com ênfase a população idosa brasileira no presente (Bernardo, 2005; Garrido, 2005; Zuben, 2001).

Episódios de quaisquer destes tipos atualizam numa cena trágica as tensões tantas que atravessam e constituem o corpo social (Costa, 2002; Garnel, 2007). Gênero, etnia e geração se tramam, se fundem e se reinventam em meio ao recorte dos corpos e dos sentidos que ocorre quando a violência se demarca como a regra da convivência, como a energia que cimenta ou desagrega as relações sociais (Britto da Motta, 2004).

Importa destacar, com o auxílio das pesquisas levadas a cabo por José Maria da Nóbrega Junior (2010), que a Paraíba tem sido o palco de formas variadas e intensas de violência no presente. Disto a imprensa tem dado conta: abundam matérias sobre crimes e violações de direitos os mais variados. Segundo Nóbrega Junior esta tem sido uma tendência

previsível desde pelo menos 2001, visto que, desde ali as taxas relativas a crimes violentos crescem de forma constante.

No início do século XXI a taxa de homicídios, ou seja, o impacto destes crimes na população paraibana triplicou em relação ao período anterior. De 13 homicídios para cem mil habitantes passou-se a 33 homicídios para cem mil habitantes – o que vai de encontro às expectativas de pacificação de entidades como a ONU, por exemplo, que considera insuportável uma taxa maior que 10 homicídios por cem mil habitantes. De acordo com as balizas da ONU, a Paraíba está numa situação igual a de países em guerra.

Diz o pesquisador:

João Pessoa e Campina Grande, as duas cidades mais importantes da Paraíba tanto em termos de indicadores socioeconômicos como no aspecto eleitoral, vêm no mesmo ritmo do estado como um todo. João Pessoa, em 2001, teve 227 pessoas assassinadas. Em 2009, último ano disponível da série histórica, esse dado foi de 427 mortes, praticamente dobrando as mortes. Já em Campina Grande, em 2001 teve 106 pessoas assassinadas, e em 2009 este dado foi de 152 assassinatos, com 45% de incremento percentual.

As taxas de homicídios refletem o nível de violência nessas cidades. Em 2009, João Pessoa computou mais de 60 homicídios por cem mil habitantes, enquanto Campina Grande teve o impacto de 39,6 óbitos por agressão por cada cem mil habitantes residente nesta cidade. Números de guerra civil não declarada!

A taxa de homicídios em Campina Grande está acima da média da taxa medida para cidades do seu mesmo porte populacional. Esta média é de 32,3 homicídios por cem mil. Outro ponto de destaque é que, entre as cidades de 350 a 400 mil habitantes, Campina Grande fica atrás apenas de Porto Velho, com um agravante, enquanto esta cidade apresenta tendência de queda nos últimos anos, Campina Gran-

de segue caminho inverso numa escala de crescimento constante da violência homicida, podendo, em curto prazo, passar a frente de Porto Velho e alcançar o primeiro lugar nesse perigoso ranking.¹

Matéria do próprio JP, de 15/12/2011, registrando o impacto da publicação, pelo Instituto Sangari, do Mapa da Violência 2012, amplia o foco, por atualizá-lo:

Nos últimos 10 anos o índice de homicídios em João Pessoa e em todo o Estado deu um 'salto'. Para se ter uma ideia, no ano passado a capital paraibana passou a ser, em números proporcionais, a segunda capital mais violenta da país e a Paraíba ocupou o sexto lugar entre os Estados. É o que mostra o Mapa da Violência 2012, divulgado ontem pelo Instituto Sangari, e que traz dados de assassinatos no país desde a década de 1980.

Conforme a pesquisa, no ano passado a capital paraibana apresentou um índice de 80,3 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, ficando atrás apenas de Maceió (AL), com 109,9 mil assassinatos. O mais impressionante é que, em dez anos, a capital pulou da 13ª (tinha uma taxa de 37,8 em 2000) para a preocupante segunda colocação.

A Paraíba também aparece 'mal posicionada' no ranking de avaliação dos Estados: passou de 519 homicídios em 2000 para 1.454 no ano passado, um assustador aumento de 180,2%, o que colocou o Estado em sexto lugar entre os mais violentos.

Na Paraíba, ainda em 2010, a incidência de homicídios para cada 100 mil habitantes ficou em 38,6%, abaixo apenas de Alagoas (66,8%), Espírito Santo (50,1%), Pará (45,9%), Pernambuco (38,8%) e Amapá (38,7%).

Outro dado relevante mostrado no levantamento é o crescimento do número de homicídios também no interior do

¹ http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=687:explosao-da-violencia-na-paraiba&catid=36:ciencias-sociais&Itemid=379; consulta 11/10/2011.

Estado, antes considerado tranquilo. Enquanto em 2000 os valores proporcionais apontaram um índice de 10,3 (por 100 mil habitantes), em 2010 a taxa mais que dobrou, atingindo 24,1.

Além disso, há uma grande concentração de crimes nos dois maiores municípios do Estado: João Pessoa e Campina Grande.

Eles são responsáveis por 55% dos homicídios ocorridos em 2010. O número foi um pouco menor do que o registrado em 2000, quando a participação das duas cidades era de 67,6% na mesma pesquisa.

Embora o estudo não tenha trazido os números de assassinatos deste ano, somente nos quatro meses de 2011 João Pessoa teve 222 vítimas da violência, conforme dados da Delegacia de Homicídios.²

O que aprendemos, historicamente, a nomear como violência, enfim, é sempre algo implicado na dinâmica social. O ato violento é uma experiência que encena e problematiza – e permite, no seu exame, outras encenações e outras problematizações – o mundo em que ela ocorre. Ela redefine relações, permite ou impede trajetórias, reinventa a história, ao passo em que interfere mais ou menos diretamente na pactuação e na experimentação de valores.

A “verdade” da violência, neste sentido, pode ser pensada como um campo simbólico, como um jogo de práticas discursivas, de dispositivos de poder, em meio aos quais normas são pensadas e vividas como “campos conflituosos, constitutivos das próprias relações sociais: campos minados pela luta política, cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que os conformam.” (Lara & Mendonça, 2006, p. 09-11; 13; 18)

²http://jornaldaparaiba.com.br/noticia/72334_aumento-da-violencia-assustaparaibanos, consulta 19/12/2011.

Um rebatimento da violência contra o homem e a mulher que vivem a velhice se dá através da sua (re)construção no âmbito do jornalismo brasileiro e paraibano (Magalhães, 2009; Njaine & Minayo, 2002). Ora, repercutindo uma tendência nacional, tem havido no Jornal da Paraíba, principalmente a partir dos anos 1990, um maior empenho na divulgação de situações de violência envolvendo pessoas idosas (Côrte & Gomes, 2007). Rara é a semana em que não seja possível encontrar, ali, uma ou outra referência a situações nas quais uma ou mais pessoas nomeadas como idosas tenham sofrido alguma agressão. Os casos mais comuns são relacionados a danos patrimoniais, a conflitos familiares e a maus tratos em circunstâncias públicas (como nos ônibus, por exemplo), o que corresponde ao já indicado em estudos que se voltam para outras experiências sociais da mesma natureza.

A imprensa, ciosa de seu duplo papel de registro *dos fatos* e de *mercadoria* que exige ser consumida, sente-se no dever e no direito de pautar incontáveis vezes fatos daquela natureza (D'Alessio, 2008; Porto, 2002). Por outro lado, a grande repercussão da violência urbana nos meios de comunicação é identificada pela literatura como uma das razões possíveis para o aumento da insegurança e da ansiedade dos idosos em relação ao tema. Ali se (re)afirma a vulnerabilidade como condição existencial do idoso na cidade, e como esteio do seu medo em relação à violência urbana (Delinski, 2001).

Ora, o dizer da imprensa sobre práticas de violência que incidem por sobre a população envelhecida é o corpo escrito de relações do nosso próprio tempo com as experiências do ser velho e do ser protagonista ou vítima da violência (D'Alessio, 2008; Schwertner, 2007; Magalhães, 2009; Porto, 2002). Como já vem sendo discutido pela bibliografia dedicada a tais questões, a construção da notícia sobre a violência que envolve pessoas idosas traz implicada em si a atualização de tensões relacionadas a outros discursos e outras práticas, responsáveis pela invenção

contemporânea da velhice, da violência e do próprio ser da mídia (Côrte & Gomes, 2007).

Cabe ressaltar que, ao enunciar tais questões, nosso estudo tomou distância de certas formulações da história social. em especial daquelas que pensam a imprensa como uma fonte particularmente problemática, vez que nela não se daria acesso à experiência de personagens relevantes das histórias de violência. Ao contrário desta visão, o que interessa pontuar aqui é a condição produtiva do discurso midiático, implicado na construção das identidades sociais (D'Alessio, 2008; Lara & Mendonça, 2006, p. 10; Magalhães, 2009).

A nosso ver é importante investigar, sob o prisma da história, como tais questões se mostram em situações singulares, analisando como se dão os movimentos de tais histórias, quais os fluxos que têm ou não passagem, os personagens envolvidos e os seus pertencimentos, os pontos de enrijecimento e as burlas, as diferenças entre interpretações etc. (Lara & Mendonça, 2006, p. 13). E cabe pensar como tais eventos são tornados em objeto de uma interpretação – invenção – por parte da imprensa, esta sendo tomada aqui como uma prática cultural destacada e de relevo na sociedade contemporânea. Vivemos num mundo cartografado pelo risco? E o risco, tornado espetáculo, ensina a viver? Dizer sim a estas duas perguntas foi o nosso modo de afirmar uma hipótese de leitura e de pesquisa.

A mídia, já se fez menção a isso acima, não está do lado de fora de sua própria história; ela se refere constantemente à sua espessura temporal, ao mesmo tempo em que contribui para a sua reinvenção permanente. Neste sentido, explorá-la é não apenas colocar em perspectiva uma prática cultural responsável pelo *registro* ou pela *produção* dos *fatos*, mas, principalmente, é um gesto no qual está implicado o desejo de pensar os modos pelos quais o tempo presente interroga a si mesmo ao se monumentalizar.

O que se diz na imprensa remete a um arquivo de possibilidades e o faz se mover em torno de seus eixos – os quais possuem uma fixidez apenas momentânea, circunstancial, histórica. A notícia, quando pensada nos campos e canteiros da história, é, assim, um documento-monumento que atualiza certa experiência empírica ao fazê-la dialogar com regras de produção da verdade que são humanas, demasiado humanas – sendo o registro do que se constrói desde ali como *o que houve* e do próprio movimento de efetivação de uma política de verdade singular e histórica (Berzins & Watanabe, 2005; Eckert, 2002; Minayo & Coimbra Jr., 2005; Pinto & Serelle, 2006; Pitta, 1995; Vivarta, 2003).

O Jornal da Paraíba, nos limites desta pesquisa, constituiu-se, portanto, como portador de uma discursividade singular quanto a experiências de violência nas quais se envolveram pessoas idosas. Ele as registra, as faz existir como notícia. Ele se torna, desde aí, matéria-prima sedutora para o historiador. O Jornal da Paraíba não faz, simplesmente, a transposição em palavras de uma cena do dia anterior: ele a refaz, a reelabora, emprestando-lhe um sentido que é tramado a partir do acionamento, na construção do texto, de uma política de verdade que é historicamente construída. A matéria jornalística ali tornada pública, assim, conta do seu tempo não apenas pelo que diz do que ocorreu, mas, ainda mais, pelas formas através das quais se organiza (Haroche, 1998).

* * *

O estudo que aqui se apresenta teve origem, por um lado, no campo de discussões acerca do envelhecimento articuladas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Envelhecimento, Educação Intergeracional e Desenvolvimento Regional”, do Programa Interdisciplinar de Apoio à Terceira Idade (PIATI) da UFCG e da Linha de Pesquisa “Cultura e Cidades”, do

Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade, mais especificamente no Grupo de Pesquisa em Urbanidades (Laburbs).

A pesquisa que permitiu a escrita do texto foi financiada pelo CNPq, através do fomento via Edital Universal (Edital MCT/CNPq 14/2009 – Universal), processo 471600/2009-1.

Um aspecto destacado na atividade consistiu na preocupação com a formação de novos pesquisadores. Desde os movimentos iniciais do estudo buscou-se agregar à pesquisa um grupo de alunos da graduação que, interessados em alguma dimensão do que se fazia aqui – questões teóricas, metodológicas ou temáticas – se dispusesse a explorar as fontes e a bibliografia, a discutir, a pensar e a fazer pensar. Não foi um esforço vão. As reuniões do grupo que acabou sendo formado foram marcadas pela empolgação, pela dedicação e pelo respeito mútuo às diferenças que, enfim, foram se demarcando. Os alunos e alunas puderam experimentar a rotina de um arquivo e a necessidade da sistematização de leituras, bem como precisaram organizar seu pensamento para as apresentações que se foram realizando.

Atuaram na pesquisa, em diferentes momentos: Rosângela Nascimento de Souza (Discente Ciências Sociais / UFCG, Bolsista PIBIC); Vanessa Cavalcanti de Albuquerque (Discente História / UFCG, Pesquisadora PIVIC; Bolsista PIBIC); Janaina dos Santos Maia (Discente História / UFCG, Pesquisadora PIVIC); Thaiany da Costa (Discente Ciências Sociais / UFCG, Pesquisadora Voluntária); Vanessa B. de Almeida (Discente História / UFCG, Pesquisadora Voluntária); Paulo Roberto Souto Maior Junior (Discente História / UFCG, Pesquisador Voluntário); Hugo Paz de Farias Braga (Discente História / UFCG, Pesquisador Voluntário); Alba Cristina Gomes dos Santos (Discente História / UFCG, Pesquisadora Voluntária); Juliene Vieira Câmara (Discente História / UFCG, Pesquisadora Voluntária). A todos e a todas, apresento os meus agradecimentos.

A isto se acrescentou, a preocupação com a difusão dos resultados (mesmo parciais) do estudo, num esforço de democratizar a produção e

de submetê-la, tanto quanto possível, à prova do debate público. Para tanto, abrimos à comunidade acadêmica nossas reuniões de trabalho, apresentamos trabalhos em eventos acadêmicos e realizamos oficinas temáticas com pesquisadores convidados, também com a participação de alunos da graduação e da pós-graduação, do Centro de Humanidades e de outros Centros da UFCG (especialmente se fizeram presentes aos nossos eventos professores e alunos dos Cursos de Geografia e de Arquitetura da UFCG, interessados na dinâmica da violência urbana na cidade). Além disso, pude ofertar, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, no semestre 2011.2, a disciplina “Tensões e conflitos na cidade moderna”. No semestre 2012.1 a disciplina foi retomada, com ênfase na temática da criminalidade urbana. No semestre 2012.1, na Graduação em História da UFCG, ofertei o Tópico: “Cidade e Violência: vozes da imprensa”.

O que motiva, mais que tudo, este esforço? Recorro a Teresa Pires do Rio Caldeira. Diz ela, ao final do seu livro, que “fazer pesquisa e escrever sobre violência são coisas que produzem muitas ansiedades.” O que sustentou o seu esforço foi “o sonho de uma vida diferente na cidade” que ela, Teresa Caldeira, deseja para sua filha, Olívia. Digo eu o mesmo: que meus filhos possam viver numa cidade pacificada.

COMPANHEIROS DE VIAGEM

O estudo aqui relatado foi tecido em meio à experimentação de certo número de territórios – de *campos* e *canteiros*, como já foi dito – de saberes. Alguns deles, mais frequentados pelos historiadores, foram mais facilmente explorados. Outros, de certa forma ainda virgens aos olhos e dedos de Clio, apresentaram-se mais misteriosos, mais ciosos de seus mistérios.

Atravessar os primeiros foi como (re)visitar um mundo quase sempre familiar ou, ao menos, pouco estranho. Percorrer os últimos foi um desafio e uma aventura – ou seja, foi uma prática de conquista de novos territórios e de novas sensibilidades em relação ao mundo, seus tempos, seus espaços. Permeando ambos os movimentos, uma dimensão foi praticada com zelo especial: a experimentação do pensar, em meio à relação dialógica com os diversos pesquisadores discentes, como meta de qualificação e aventura de (auto)-transformação.

Mais do que dar conta de todos os contornos dos mundos visitados e do que foi possível capturar em meio à sua exploração, as páginas a seguir registram um percurso. Afinal, os construtos teóricos são ferramentas para o historiador; não parece adequado lançar sobre eles as luzes principais do texto. Elas devem ser poupadas para depois, para o momento em que a teoria *deve* ser usada, discreta, mas eficazmente, no contar das histórias.

* * *

Numa ordem razoável, poderia dizer que, inicialmente, o estudo buscou contribuir com a construção do que tem sido nomeado de *história da velhice*. Esta tem sido uma preocupação central nos últimos anos, na minha trajetória.

Através da leitura atenta de certa bibliografia e da produção de textos variados, venho perseguindo o sonho de ver legitimada na cena historiográfica brasileira a história da velhice. Creio que o exame, no âmbito da minha disciplina, das diversas marcações etárias que são experimentadas na modernidade (e na pós-modernidade), estando sendo cumprido com insistência no que diz respeito à infância – e, eventualmente, no que toca à juventude – ainda está por ser feito.

Há alguns estudos, com os quais se pode aprender e a partir dos quais se pode pensar; entretanto, se é verdade que há áreas que já possuem tradições largas e profundas na exploração da velhice, não é o caso da história (cf. a Bibliografia, ao final).

Ora, deve ser considerada aqui a crescente visibilidade da velhice como tema acadêmico – e não só – nas últimas décadas. Trata-se de um fenômeno só comparável, por contraste, à sua opacidade quando se penetra no campo da história. O silêncio ali encontrado abre para nós, historiadores, não apenas a possibilidade de uma fronteira a desbravar, mas quase o compromisso ético e político de falar sobre algo que já é colonizado por tantas outras práticas de saber e poder.

A velhice, pelo menos desde fins do século XIX, vem sendo transformada em objeto de atenção por diversos setores do pensamento (para além de abordagens esporádicas experimentadas de algum modo em diversos momentos anteriores da história). Importa lembrar que data da passagem entre os séculos XIX e XX a construção da idéia moderna de velhice. Deu-se, ali, a emergência da geriatria e da gerontologia, além da eclosão e da articulação de outras séries de eventos que lhes são contemporâneos e correlatos, como, por exemplo, a invenção do asilamento específico para idosos ou a construção de sistemas previdenciários. Tramados de muitas formas, aqueles eventos acabaram por produzir uma imagem inédita e produtiva, além de resistente, acerca do envelhecimento humano.

Desde ali, e, mais acentuadamente, no pós-1945, as ciências humanas e sociais têm se aproximado do debate acerca da etarização da sociedade, notadamente do envelhecimento humano. Já está posto à disposição dos interessados uma literatura vasta e em constante crescimento sobre o tema nas áreas da psicologia, da sociologia, da antropologia, da demografia, da saúde coletiva etc. A produção desses discursos, e das demais práticas com eles implicadas, também tem resultado na conformação de rostos peculiares para a experiência do envelhecimento. As pessoas e os grupos sociais aprendem, em alguma medida, a envelhecer, em função da difusão de verdades científicas.

O saber da história tem se mantido relativamente à margem de tal cenário. É certo que nós já aprendemos a pensar a historicidade da infância e, em alguns casos, a da juventude; no entanto, ainda não descorrimos de todo a possibilidade de uma história da velhice. Salvo poucos trabalhos, alguns pontuais, ora mais abrangentes, Clio parece não acolher com receptividade os corpos marcados pelos signos que a história mesma distribui como sendo as marcas da idade. Pensando nesta lacuna e na possibilidade de obturá-la em alguma medida, portanto, é que se organizaram os estudos aqui reunidos.

Além disso, e esta tem sido fonte de preocupação constante para mim ao longo dos últimos anos, a historiografia acerca da velhice, especialmente no Brasil, é demasiado escassa. Tenho tido, na última década, o cuidado de mapear sistematicamente não apenas os catálogos de editoras e livrarias, mas, principalmente, os bancos de dados nos quais programas de pós-graduação e órgãos de fomento registram a produção historiográfica nacional e estrangeira. Em paralelo, cultivo o hábito de consultar com rigorosa frequência, os sites nos quais são colocados à disposição revistas acadêmicas, como é o caso do portal de periódicos da Capes ou a SciELO. Não obstante o cuidado com que executo as minhas buscas, o resultado final, ao menos em termos quantitativos, é lastimável.

De forma bastante explícita, o silêncio dos historiadores acerca da velhice parece repercutir, a meu ver, uma tendência: a colonização do envelhecimento humano, prioritariamente, pelo olhar biomédico. A partir de saberes como a geriatria, a gerontologia, a epidemiologia, a saúde pública, a enfermagem, a psicologia, a fisioterapia, a educação física etc., o corpo envelhecido é recortado e investido de sentido num movimento dotado de tanta intensidade que dizeres e olhares outros são empurrados às margens do campo científico. Ao lado disso, ainda, devo registrar que, no que diz respeito às ciências sociais e humanas, tem sido mais recorrente o estudo da velhice por sociólogos e antropólogos, os quais não apenas têm conseguido ocupar largas faixas do debate científico, mas, também, têm obtido certa naturalização acadêmica do seu olhar. Com isso quero dizer que tem se tornado comum, ao menos nos espaços que frequento, a sensação de que a velhice só é passível de observação e de interpelação pelos saberes biomédicos (quando ela é pensada como problema de saúde ou como distopia a ser prevenida) ou pelo par sociologia-antropologia (quando a velhice é pensada como experiência social, como palco do sentido que se produz através de constantes humanas e sociais).

De todo modo, os historiadores assumem a máscara do intruso, do observador pouco comprometido com o mergulho no tema, do pesquisador que não consegue ou não se interessa em tomar aquela experiência como o alvo de sua atenção. Isto, para mim, faz com que o trabalho de identificação e de análise dos trabalhos histórico-historigráficos passe a ser ainda mais atraente – na medida em que ele pode permitir a mim e a quem leia os resultados do meu esforço tanto o conhecimento do que é feito mas, também, o que imagino ser o largo e vasto espaço ainda vazio de sentido histórico, e que pode e deve ser ocupado por nós.

Historiadores sentem especial prazer em recortar os grandes blocos temáticos que, de vez em quando, mostram-se na sua presença – valendo-se, para tanto, dos instrumentos precisos da demarcação das singu-

laridades. Assim, se é certo que o estudo aqui relatado buscou ambientar-se na história da velhice, não é menos exato afirmar que movimentos de particularização foram realizados. Deles, destaca-se a preocupação com uma historicização das experiências da velhice datadas no *tempo presente*.

Visto por alguns ainda como uma *novidade* ou como um território a explorar, a história do tempo presente já cumpriu, entretanto, uma trajetória longa. Como diz René Rémond (1996), num texto publicado inicialmente em 1992, já desde meados dos anos 1970 historiadores franceses praticam aquela abordagem e, inclusive, o fazem em institutos acadêmicos formalizados e voltados unicamente àquele exercício. Daí porque, em 1992, Rémond afirma não ter interesse em “insistir nas razões que legitimam” a história do tempo presente – ao seu ver, “a batalha está ganha e atualmente ninguém contesta sua situação de fato, nem que ela possa ser objeto de um estudo científico” (p. 205).

Este sucesso, no entanto, diz Rémond, infelizmente tornou possível que se disseminasse certa crença em torno de uma maior facilidade na abordagem, pelo historiador, da atualidade: “todos se imaginam capazes de fazer a história do tempo presente porque essa é a história que vivemos: faz parte de nossas lembranças e de nossa experiência.” Aí residiria um engano perigoso. Fazer essa história, como todas as outras, só é possível com rigor, aliás, nesse caso, face aos perigos e às ilusões de uma contemporaneidade que tudo tornaria mais fácil, cabe aqui um “rigor igual ou maior que o do estudo de outros períodos: devemos enfatizar a disciplina, a higiene intelectual, as exigências de probidade.” Se “não há diferença entre a atividade do historiador que estuda a guerra do Peloponeso e a daquele que se interessa pela II Guerra Mundial”, não é menos certo que isso decorre da obrigação, para ambos, do respeito às regras do ofício. (Rémond, 1996, p. 206-207)

Cabe ressaltar, é ainda Rémond quem nos guia no debate, que a história do presente não inventaria instantes (1996, p. 207-208). Ela,

como toda história, tem por foco o acontecimento, sem dúvidas, mas o acontecimento que se realiza na duração. Fazer a história do que é próximo não é fazer o relato da instantaneidade; é, ainda uma vez mais, fazer uma história de experiências que se dão no tempo – o qual, como em qualquer outra pesquisa, deve ser objeto de problematização, sua determinação derivando do movimento que se torna possível a partir do encontro entre o problema de pesquisa e a pesquisa propriamente dita. Não há tempos naturais em história, tampouco é produtivo o olhar que tem repulsa ao indeterminado e ao surpreendente:

Uma vez que o historiador do tempo presente se confronta com a atualidade, seu olhar tem um raio relativamente curto: assim, ele está mais atento aos detalhes (como o ponto de vista de quem se eleva nas alturas e vê os relevos se achatarem), e é compreensível que o historiador que trabalha com percursos dos quais estamos separados por vários séculos tenha mais facilidade para distinguir as tendências importantes, esteja mais inclinado a considerar que as peripécias não têm relevância e a concentrar seu interesse nos fenômenos estáveis e constantes. Mas a história do tempo presente evoca a importância da contingência e do fato: a história é feita de surpresas, mais de surpresas que de ardis. A esse respeito, frequentar a história do tempo presente talvez seja uma boa precaução, o meio mais seguro de nos resguardarmos da tentação que sempre nos espreita de introduzir no relato do passado uma racionalidade que não podia estar lá. A operação indispensável de tornar inteligível não deve exercer-se em detrimento da complexidade das situações e da ambivalência dos comportamentos. A história do tempo presente é um bom remédio contra a racionalização *a posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar (Rémond, 1996, p. 208-209).

Por último, lembra Rémond, a feitura da história do tempo presente tem exercido um papel ético no campo historiográfico. Isso se dá na medida em que a inquietação sobre a atualidade acaba por “modificar a ideia que o historiador faz de seu papel e de seu ofício.” Ora, ao dedicar-se a um tempo vivido recentemente, o historiador, entre outros passos, é levado a pensar profundamente sobre a relevância do seu saber na e para a sociedade (o que deve fazê-lo abandonar a paz das escritas solitárias em benefício de uma inserção criativa e produtiva na cena pública). E é levado, ainda mais, a refletir sobre a distância entre a operação historiográfica contemporânea e formas outras, válidas antes e já não mais legítimas agora. Por exemplo, a incorporação em nossos estudos do tempo presente “faz varrer da visão da história os últimos vestígios do positivismo: o historiador do tempo presente sabe o quanto sua objetividade é frágil, que seu papel não é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos”, na medida em que “ele contribui para construí-los” (Rémond, 1996 p. 208).

Esta última discussão permite lembrar que as formas pelas quais o tempo *presente*, consistiu no horizonte mais recorrente do pensamento foucaultiano, referência importante para o presente estudo. Para Foucault, e ele deixou isto explícito em diversos textos, o papel a exercer no âmbito do pensamento era o de pensar a atualidade, estranhando-a e denunciando sua dimensão histórica – *humana, demasiado humana* (Queiroz, 2004).

Nossa condição de liberdade estaria justamente na nossa condição de problematizadores incansáveis do tempo que nos cabe como o da nossa existência. Ainda que, para tanto, como ocorreu a Foucault de forma radical, sejamos levados a inquirir tempos outros muito distantes do que efetivamente *vivemos*, no intuito de nos entender pela enunciação de outros, diferentes de nós ao ponto de fazer com que nos vejamos melhor.

Tarefa intelectual e política, portanto: fazer um inquérito sobre o presente é, para Foucault, agir sobre um tempo que deve ser entendido

para ser recusado, em nome de um tempo outro que está à frente e ao lado, que já se insinua mas é tão frágil que exige que por ele se lute com todas as forças que se puder acionar. O tempo da atualidade deve ter apontados os seus limites, a sua precariedade, a sua condição de obra histórica – logo, mutável, instável, em permanente negociação em torno de seus princípios, de sua forma, de seus destinos. O presente, entretanto, “feixe regular de acontecimentos dispersos” (Queiroz, 2004, p. 13), resultado precário de acasos e de racionalidades várias, não aparece aí como gratuidade, como tempo de fragmentos sem sentido. Ao contrário, é campo da luta política mais dura e relevante: a luta em torno de nós mesmos:

Ele, o pensar do pensamento, o seu trabalho crítico sobre nós mesmos naquilo que somos, pensamos e fazemos, implica o evidenciar, cada vez mais, desta fresta depositada no *entre* do histórico e do atual (nos termos de Deleuze), no interstício carregado de incompletude que separa o que já não somos daquilo que ainda não somos (o não mais de ontem e o ainda não do porvir) – o pensar o presente. No entanto, salientamos a dimensão crítica deste pensamento que pensa o presente. Se ele o faz não será para reverenciar aquilo “que nos é dado como universal, necessário, obrigatório” no corpo deste presente; seria antes para nos fazer ver no intolerável de sua roupagem “que lugar é ocupado pelo singular, contingente, e pelo produto de arbitrariedades.” É desta crítica incisiva a este arbitrário que se nos impõe geralmente sob os cálculos os mais amesquinçados, que se pode fazer acentuar o ângulo daquela curvatura, a do presente. E é desta desestabilização do legitimado na quadratura do verdadeiro que se nos dá a ver sob o perfil de Narciso, o baile de máscaras... a sua diferença, múltipla e dispersa. (Queiroz, 2004, p. 190)

Mas eis que de novo o olhar vai de grandes quadros para cenas miúdas e pontuais. A história da velhice que aqui se praticou, dirigindo

sua mirada para o tempo presente, encontrou outra província de Clio: a *história da violência*.

O diálogo com Arlette Farge (1993) foi fundamental neste passo da pesquisa. É Farge que chama a atenção para a presença intensa, mas difusa, da violência na historiografia – e para a riqueza que deriva da sua problematização mais direta. Segundo Farge, a violência, sendo tão presente na experiência humana, demanda ainda explicações convincentes. O que sabemos sobre ela não satisfaz, não auxilia no seu enfrentamento real. No entanto, o que talvez se dê não seja a nossa incapacidade de compreender os limites do humano, mas, sim, o compromisso em pensar como quem age, pensar como quem não deseja apenas conhecer – cartesianamente falando – mas, além disso, recortar a experiência, configurando-a de outra forma.

Será assim, diz Farge, que seremos felizes no embate contra a violência, ausentando-os dos reinos da fatalidade e da impotência, barrando em nós a sensação de que somos, enfim, reféns do horror. Farge sugere como caminho de pesquisa a exploração do pensamento de Michel Foucault, a seu ver um repositório útil de ferramentas teóricas, metodológicas e, até mesmo, temáticas que poderiam vir a amparar o esforço de um historiador interessado na violência.

Em Foucault, Farge encontra mais pistas que caminhos definidos de antemão. Ele será lido por Farge, de forma reiterada, a partir de uma espécie de grade oferecida pelo que já foi construído pela historiografia. Ambos os campos postos em diálogo (a historiografia e Foucault) serão chamados a explicitar as suas contribuições, e Farge buscará a partir do embate propor um olhar mais ajustado e apurado sobre a violência - sem negar o que já foi realizado, na medida em que ele é incorporado no que se há de fazer, ainda que tal apropriação se dê sob os rigores de uma crítica (proporcionada pelas ferramentas oferecidas por Foucault).

Sua conclusão – muito embora talvez este seja um termo demasiado forte – é a de que a violência, pensada no horizonte da história a partir de possibilidades abertas pela frequência do pensamento de Foucault, deve ser tomada como uma experiência inteligível pela consideração de suas condições históricas de possibilidade e de seus efeitos de sentido. O que faz com que a barbárie de efetive na história? Quais as políticas de significação e subjetivação que são operadas a partir dela? Estas seriam as questões principais a munir o historiador, e seria a partir delas que aquele pensador construiria a sua ação de inquiridor do mundo e de perscrutador de novos futuros possíveis.

A violência, enfim, pode ser explorada no âmbito de uma história interessada na problematização dos modos pelos quais se inventa e experimenta alguma governamentalidade. Para que isto se torne mais claro, cabe lembrar que a exploração foucaultiana do tema do governo, importante na sua obra já desde os anos 1970, tornou possível àquele campo não apenas a dilatação, mas, principalmente, o aprofundamento de certas análises.

Para Foucault, entre os séculos XVI e XVII deu-se uma rearticulação no âmbito das artes de governar. A associação entre moral e prudência que vigorava durante o período medieval e que amparava a gestão do mundo numa lógica transcendente e metafísica foi confrontada, desde ali, com a crescente racionalidade que se hospedava na lógica estatal. Não houve necessariamente uma morte das antigas artes de governar, mas elas precisaram se reordenar num novo cenário, no qual o papel das nascentes monarquias nacionais era o de tornar a lógica do Estado – mais imediata e mais *humana* – pregnante num grau até então não habitual.

Instaurou-se, então, a lógica da governamentalidade, com a qual Foucault queria dar conta de uma rede de saberes e práticas que tornaram possível o governo das populações através das regras da economia política e dos controles de segurança. O governo, então inventado, sobrepôs-se

a outras formas de gestão do mundo, articulando-as de sorte a garantir a melhor eficiência possível para o Estado que nascia e se consolidava. Neste movimento, o Estado acabou por reinventar-se também, vivenciando ele o que Foucault chamaria de governamentalização do Estado – ou seja, a sua própria subordinação à racionalidade que o tornava forte e quase incontornável na dinâmica das sociedades européias de então.

A governamentalidade, incidindo por sobre a população – e não mais apenas sobre indivíduos, ainda que os atingisse, também – trouxe à primeira cena da história a necessidade histórica de um movimento de todos em direção a si, no sentido de que novas sensibilidades, sociabilidades e subjetividades acabaram por emergir desde ali. A biopolítica, implicada naqueles movimentos, tratava justamente da elevação da vida à condição de objeto prioritário da atenção do governo: todos precisavam potencializar a sua condição de *vivos* e de *produtivos* para que o Estado crescesse e se fortalecesse. Para tanto, lançaram-se por sobre a população os influxos os mais variados, comprometidos com a sua gestão – inclusive, e principalmente, arrisco dizer, mediante o controle das estratégias que organizam as relações dos sujeitos entre si e consigo.

Neste sentido, a noção de governamentalidade pareceu, desde os primeiros movimentos da pesquisa que se encerra, como de grande utilidade. Ela permite produzir um entendimento múltiplo acerca dos significados das práticas de violência que incidem por sobre a população idosa.

Por um lado, a própria demarcação das classes etárias, entre as quais a velhice, é algo que está implicado na experimentação histórica dos fios e tramas da biopolítica e da governamentalidade. Apenas quando a população passa a ser tomada como o alvo do poder ela é esquadrihada de tantas e tão variadas formas, entre as quais o que resulta na definição de que o sentido da vida pode estar, e estará em algum grau, na relação entre idade, subjetividade, identidade e individualidade.

Por outro lado, é no âmbito da governamentalidade que se ambientam tantas e tão variadas estratégias de “proteção” à pessoa idosa, entre elas a heterogênea e vasta série de práticas históricas, sejam elas discursivas ou não, e que se dedicam a demarcar os direitos daquela população específica, bem como a coibir sua violação e a preconizar as punições para quem os transgredir.

E, enfim, é naquele quadro histórico que se pode construir um entendimento acerca dos modos pelos quais, em certos contextos, como o da imprensa diária, por exemplo, a violência contra a pessoa idosa é tematizada. Ali se tramam as problemáticas do governo, entendido este como uma articulação de estratégias que incidem por sobre e por entre as transformações de si (na sua relação consigo e com o outro). A ve lhice, registrada, oferece condições de possibilidade para a tessitura de uma sensibilidade amedrontada, insegura, ciosa de sua vulnerabilidade. A repetição da violência na página impressa, sua duplicação aparentemente apaziguada pela vacuidade da fugaz palavra midiaticizada, a violência como notícia *governa* ou ajuda a *governar*, pelo que diz, pelo que silencia, pelo que faz pensar, pelo que inscreve nos corpos de quem lê e (re)vive dores outras a partir daquela mediação travestida de neutralidade mas prenhe de sentidos, de intencionalidades, de atravessamentos de poder e saber.

COMO SE FEZ O ESTUDO

As escolhas metodológicas que foram imaginadas e vividas durante o período de execução do estudo derivaram dos diálogos teóricos que se afirmaram, desde o início, como importantes condições de possibilidade da pesquisa. Como aprendido com o já referido Michel Foucault, a feitura do trabalho historiográfico é uma experimentação do pensamento que se realiza a partir: de uma inquietação; do recorte temporal e espacial e de uma seleção do corpus que permitam enfrentar aquela inquietação; e, finalmente, da eleição de uma série razoável de procedimentos analíticos que garantam ao historiador a produção do seu relato, da sua explicação.

O aporte foucaultiano foi assumido no decorrer do estudo a partir de sua configuração como um conjunto de ideias e de ferramentas, entre as quais: a possibilidade da construção de uma história da velhice a partir da tematização dos temas do biopoder, da biopolítica e da governamentalidade; a consideração de que, nos quadros históricos ocidentais posteriores ao século XVIII, a violência é parte constitutiva da experiência social, funcionando como limite das relações sociais e das construções subjetivas, mas, também, como território a ocupar e controlar por práticas de saber-poder crescentemente sofisticadas (que implicam na constituição da sociedade de controle, tal como proposta por Gilles Deleuze); o entendimento de que as mídias, no presente, ocupam lugar privilegiado no inventário, na tessitura e na difusão de modos de subjetivação (modos de individuação).

Além disso, ou, talvez, a partir disso, Foucault pode ser responsabilizado pela afirmação de possibilidades metodológicas instigantes para o historiador, notadamente pela sua insistência em: vincular tempos distintos no enfrentamento de questões histórico-historiográficas; defender a realização de uma história-problema que coloque em questão, desde sempre, o estatuto do documento e de suas interpretações; propor uma

abordagem histórica que, ao mesmo tempo, singulariza e embaralha os continentes das práticas discursivas e das não-discursivas.

Deriva destes diálogos o enquadramento metodológico que se previu para o estudo e que se perseguiu por todo o tempo de sua realização.

* * *

A pesquisa histórica em periódicos – sejam eles o objeto do estudo, ou as suas fontes – já conta, inclusive no Brasil, com certa tradição. Mesmo que, conforme indica Luca (2005), este movimento se delineie com mais clareza apenas a partir dos anos 1970, desde lá foram produzidos trabalhos em quantidade e qualidade suficientes para demarcar um campo bastante preciso de possibilidades quanto à consideração de jornais e revistas como canteiros propícios para a operação historiográfica.

Nos termos da presente pesquisa, considerando-se o seu objetivo, a pesquisa nos jornais se impõe a partir da formulação do próprio problema (D'Alessio, 2008). Foi a mídia que se colocou, desde cedo, como a prática histórica a ser pensada, no seu compromisso para com a governamentalização dos velhos e da velhice. Cabe, entretanto, detalhar *como* a interpelação daquele conjunto textual foi realizada.

Num primeiro nível, é preciso chamar a atenção para uma escolha que antecedeu à escrita mesma deste projeto, e que diz respeito à seleção dos jornais que serão pesquisados. Ora, dado que temos por horizonte a delimitação temporal que foi apresentada acima (trabalharemos com os dez primeiros anos de vigência, no Brasil, da Política Nacional do Idoso), exploramos, como já foi indicado, um dos periódicos que circularam na Paraíba, naquele momento.

O Jornal da Paraíba foi escolhido. Uma coleção de exemplares do periódico escolhido para o trabalho, referente ao período deste estudo,

encontra-se (integralmente e em excelente estado de conservação) depositada no Arquivo do próprio JP, o que em muito facilitou o trabalho da pesquisa. O acolhimento da funcionária que trabalha no setor foi sempre agradável e solícito, o que permitiu à nossa equipe de pesquisa a convivência em um espaço acolhedor.

Além da facilidade do acesso, foi levada em consideração a regularidade da publicação do *Jornal da Paraíba*, bem como as características editoriais do JP, entre as quais se destaca o seu compromisso explícito com uma abordagem, em geral, pouco sensacionalista (Cf. Charaudeau, 2006; Jeanneney, 2003; Luca, 2005).

O trabalho com o corpus seguiu os passos de uma pesquisa que se pensa como “histórico-discursiva”, nos termos indicados por certa bibliografia (Biroli, 2008; Charaudeau, 2006; Foucault, 1977; Jeanneney, 2003; Luca, 2005; Njaine & Minayo, 2002; Samara & Tupy, 2007).

As matérias selecionadas para o exame foram interpeladas no sentido de que se tornou possível: pensar a sua inserção no corpo mais ampliado da edição na qual foi publicada; relacioná-las com o material iconográfico que, porventura, a elas se ligue; identificar os personagens das histórias contadas, bem como destacar as formas pelas quais as histórias são ali construídas; promover a análise dos materiais coletados, colocando-os em perspectiva em relação ao que já foi estabelecido em outros estudos (Gayol, 2003).

Em suma, o que se pretendeu foi emprestar historicidade a uma série de práticas do discurso midiático – num quadro que remete a relações de poder que se tecem no âmbito dos diálogos da mídia com a sociedade e no interior mesmo do microcosmo que é o *Jornal* (Jeanneney, 2003, p. 224-225).

As matérias foram a matéria-prima para o gesto da interpretação, aquele que se produz como a busca pela produção do sentido, pela exploração de um acontecimento que emerge das fontes como algo ao qual

elas se referem, mas também como algo que é em alguma medida por elas produzido.

As interrogações sempre foram múltiplas: coube-nos pensar sobre o que tornou possível cada matéria, quais as políticas de verdade que ali se atualizavam, como o que é dito se aproximava ou se distanciava de outras vozes, quais as práticas históricas ali referidas e quais as significações que a elas são ali atribuídas.

CRIMES NOTICIADOS

Na mesa de trabalho, livros, revistas, artigos impressos – referências para ajudar a pensar, espelhos para refletir ou distorcer a imagem do desejo. Organizadas em uma pasta, fichas com o trabalho realizado com as fontes, nas fontes. À mão, um copo d'água, para limpar os caminhos da alma e do corpo.

É noite e a casa se posta em silêncio; a rua, calma, diz existir apenas quando um latido responde às brincadeiras das crianças na calçada, quando algum som de carros passando se ouve ao longe. Com o passar do tempo nem mais isso, que portões se abrem e fecham, e todos entram em casa, e cessa o passar de pessoas e coisas, e instala-se uma sombra imensa para além da porta, e calam-se vozes, e borram-se imagens.

Ao aumento do silêncio corresponde o incremento da atividade do historiador. Seus mortos, parece, gostam da pausa do mundo e nela se mostram mais visíveis.

Os olhos e as mãos do historiador vão daqui para ali, dispersas nas teclas do computador, largadas na busca pela página que é solicitada com urgência para a confirmação da idéia e para a inserção da referência, signos de uma erudição que cumpre respeitar e praticar; não param a não ser quando é preciso escolher a melhor palavra, ou quando o cansaço é maior que a urgência, ou quando parece instalar-se, em quem escreve, um peso que não se deixa definir, mas que é real, é sofrido, é presente.

Acontece. Não muitas vezes, não em todos os instantes. Mas acontece. É uma sensação que se instala no peito, na mente, nas mãos que se deitam por sobre o teclado do computador e simulam um gesto de reflexão quando, enfim, o que há é, na falta de outra palavra, é certa perplexidade em face do que se conta.

O historiador, diz Paul Veyne, não dá a palavra aos seus personagens; ele *fala por eles*. Não cabe a este profissional do tempo refluir, como se os homens e mulheres do passado, *resgatados*, devessem ocupar a primeira cena, a qual seria então *reconstituída*. Ao contrário, os riscos e as honras de ser a voz possível do vivido cabem, exclusivamente, a quem historiciza. Assim, o que se registra aqui não é o frêmito frente a algum aze-dume vindo de antes, do passado que se estuda. (Roux, 2011) O que se dá é que tal personagem, o historiador, não é apenas ciência; ele é corpo e alma, e se permite a emoção, a inquietude... a perplexidade frente ao que lê e ao que pensa. Emoções, disse Foucault, das que se dizem que são físicas...

Não que isso impeça o pensamento, ao contrário. Aqui, pensar é deixar-se afetar. O toque da fonte na carne e no espírito fecundam, ampliam o horizonte da interpretação e da interpelação.

Mas, se o historiador queda-se, de vez em quando, o que se dá? O que há, que tal estado de espírito se realiza. nele?

O que há, na presença deste historiador de que se fala aqui, e que é quem escreve o que se lê, é a instalação de uma fratura (de uma ranhu-ra, penso, nos meus momentos de maior otimismo) naquilo que, um dia, com um professor erudito e inquieto, imaginou-se aprender com Kant: a certeza de que estamos caminhando no sentido de uma paz que se eternizará, um dia.³

Algo lido e pensado atualiza a sensação de que se está vivendo o curso da descivilização de que tratou Norbert Elias. A sensação de que se está sendo interpelado por um *outro* que quer tornar abjeto o nosso autocontrole, que quer colocar em xeque nossas crenças e esperanças na concórdia (ou, ao menos, na nossa defesa do direito de todos à integridade do seu ser, da sua forma histórica).

³A lição, ouvida a primeira vez de Paulo de Tasso Teixeira Mendes, nas aulas de "Educação e Ciência" do Mestrado em Educação da UFPB, nos idos de 1993, foi reencontrada recentemente em: BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror. Diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 (p. 12).

Definimos quem somos ao definir o outro – mas, quem somos, quando quem se apresenta como o nosso outro, como quem se coloca à nossa presença para ser pensado, é um corpo que se comunica com as palavras da dor imposta, da destruição parcial ou total do corpo de alguém, da vida de alguém? O que resta da nossa razão – da nossa razoabilidade – em meio a tal encontro?

Mas, como tal ruído se manifesta?

Tudo se dá mais ou menos assim: indo e vindo das fontes à bibliografia de apoio, sentindo de vez em quando que vêm à tona, na mente, fragmentos ditos ou ouvidos nas variadas circunstâncias em que o estudo que se realiza foi discutido com outras pessoas, o historiador no mais das vezes opera num registro quase técnico. Imbuído das lições precisas de Michel de Certeau na sua *Operação Historiográfica*, lida como uma descrição que se transmudou em prescrição, o historiador recorta as fontes, faz ligações ou estabelece distâncias entre o que está nelas e o que se pode encontrar nos outros textos, vai assim tentando viver a lógica dos deslocamentos, a lógica da invenção de novas pertinências. *Fabrica* sua história, enfim.

Mas eis que, sem aviso prévio, uma palavra, uma passagem, um silêncio, um nome, uma cena – *algo*, como diria Manuel Bandeira, toca nas franjas dos lutos de sangue e parece só haver legítimo o silêncio e a pausa. Porque, ali, naquele instante, os nomes largados nos papéis ganham vida, tornam-se a presença mesma de alguém que sofreu e que eventualmente morreu.

É quase uma vertigem, que se quer repelir em nome dos prazos, da *boa ciência*, de uma vontade de verdade que se aprendeu em algum lugar e que pesa mais que liberta, mas que se impregna e de algum modo se solidifica. Mas a virtude da vertigem é nos tomar e nos deixar tontos, e tontos não somos tão racionais, e não sendo tão racionais nos permitimos ousadias, experimentações, visitas atrevidas às nossas próprias mar-

gens... E perde espaço e força o desejo de controlar a emoção em nome do texto liso, sem estrias, sem relevos de surpresas e de perigos.

Excesso de empatia? Abertura demasiada a *vieses* que borram a acurácia do pensamento? Ou tentativa de acariciar o outro que, por sua dor, me permite escrever – e, implicada aí, a tentativa de acariciar a mim mesmo, que me lanço a escrever/inscrever dores tantas? A carícia, enfim, é o que me faz contatar o outro, lá e em mim. (Mèlich, 1998)

Mas, enfim, o que detona tudo isso? Palavras, (apenas) palavras. Palavras reunidas em manchetes, em notícias, em matérias, em textos escritos para informar e que o historiador renomeia e significa de forma outra, tornando-as *fontes*. Palavras que atualizam, na presença do historiador, vidas *infames* como as que afetaram Michel Foucault, trajetórias miseráveis que, por terem um dia encontrado o poder na sua forma mais brutal e áspera, acabaram vertidas em letra de forma e, daí quedaram-se presas às malhas de um relato historiográfico.

Ali, naquelas palavras, estão os restos de homens e mulheres que, capturados nas teias do dispositivo biopolítico em vigor e que identifica, nomeia, classifica e hierarquiza as pessoas em função de sua idade, tornaram-se *velhos, idosos, aposentados...* e foram, então, expostos à violação do que, em algum grau, seriam seus direitos.

Vidas interrompidas ou marcadas para sempre por facadas, tiros, machadadas, espancamentos, atropelamentos, roubos, assaltos, sequestros, estupros, escárnios. Vidas de homens e mulheres que experimentavam, quando transformados em vítimas, a velhice. Vidas de homens e mulheres que, experimentando a velhice, tornaram-se vítimas de algo que as feriu, machucou, destróçou.

Vidas abandonadas a si mesmas, despidas de tudo quanto pudes-se, ainda, garantir-lhe o estatuto de *vidas humanas*, tudo em nome da afirmação da potência de quem, agredindo, imaginava estar tomando posse do que lhe pertencia, imaginava estar limpando a sua vida de pesos

mortos, imaginava subtrair ao mundo existências inúteis. Vidas de velhos e velhas que tiveram sua morte antecipada em algum grau (quem não morreu viu ampliada a sua fragilidade).

Vidas, além de tudo, convertidas pela máquina midiática que as eterniza em modelos ao avesso para *os outros*. Sim: o mau destino dos homens e mulheres de que se trata, aqui, é acionado nas fontes do estudo como uma espécie de bestiário a refratar as utopias. Diz-se, nas fontes, numa outra violência: fulano e beltrana sofreram assim e assim porque agiram – ou não – de tal e qual forma; não repitam seus erros, homens e mulheres ingênuos e frágeis, massa moldável a qualquer tutela, principalmente a tutela dos *experientes* ou a dos *bem intencionados*. (Passeti, 2003)

O mundo e a vida se tornam, ali, num campo de prisioneiros a céu aberto, na medida em que, à exceção dos mortos que se tornam, mais que cadáveres, exemplos, os demais devem passar a reger sua existência segundo os mais rígidos modelos de prevenção aos riscos e de respeito às vulnerabilidades.

É possível não haver perplexidade frente a tudo isso – como é possível dar conta de tais feitos e desfeitos de maneira quase higiênica, asséptica, desprovida de horror.

Entretanto, talvez dilatando em demasia o pensamento de Arlette Farge, o historiador conclui que tal pensar, tal *neutralidade*, não lhe seduz. Sabe ele que lhe cabe dizer o vivido ajuizadamente, com o devido respeito a todas as regras do seu ofício. Mas tem por certa a idéia de que não peca contra sua corporação se afirmar, com certa insistência, que “a violência e a barbárie desconcertam”; que frente a ela não deve haver espaço para o “sentimento de fatalidade ou de impotência”; que cabe o gesto de “demarcar os sistemas de violência” para “poder se subtrair a eles, desfazer-se deles ou estabelecer outros modos de regulação”; que a violência é “abominável”; que, enfim, se seus

(...) mecanismos existem, outros podem existir, contrários, diferentes, se abrindo a novas possibilidades. Violência, barbárie e crueldade são organizações de poder que se inscrevem em enunciações políticas: nada é fatal nem mesmo obrigatório em sua aparição, uma vez que todo mecanismo é um jogo que se desmonta, e por vezes mesmo se abole, num outro jogo. (Farge, 2011, p. 39)

O historiador se disse perplexo. Não mentiu, não falseou. Ou, talvez, não se trate disso. Apenas, ele quis dizer que se abriu ainda mais, e melhor, ao pensamento a partir de tais (des)encontros. Ali ele se deparou com

(...) o esboço de uma aprendizagem que se fez com todo o corpo: o vestígio de um encontro vital com algo outro que interrompeu o reconhecimento e provocou um aguçamento da sensibilidade, uma modificação da tonalidade afetiva da experiência, e a vivência fugaz do raro acontecimento do pensamento. Entre tantos trabalhos em que o pensamento está como que cheio de si mesmo e supõe tudo o que o questiona, entre tantos livros em que os outros não são senão objetos de reconhecimento, nós cremos que aí, nessa modificação da relação sensível com o que dá que pensar, que é esta a aprendizagem e onde está também a possibilidade de praticar certas formas de contestação e de dissidência, talvez incertas, mas sempre apaixonadas e inconformadas, abertas a essa inquietação passional, mas nunca passiva, que provoca o encontro com esse outro que, ao colocar-nos em perigo, nos leva para além de nós mesmos. (Larrosa & Lara, 1998, p. 10-11)

Penso a violência nesta e por esta chave: ela me espanta, no que me ultrapassa e no que me atravessa, e eu a abomino mesmo, e principalmente, quando me vejo nela, quando a vejo em mim. Não a desejo, quando *desejo*. Eu a repilo. *Desejo* a gentileza, a mansidão, ainda quem nem

sempre as conquiste, as expresse, as manifeste. Mas vou fazendo meu *dever de casa*, tentando, tentando, tentando. Por exemplo, fazendo história.

Outra coisa, para este historiador, não é seu ofício. Aos governos, diz ele, devemos contrapor o desejo de práticas de liberdade.

* * *

O estudo das matérias do Jornal da Paraíba que, no período compreendido entre 1994 e 2005, registraram situações de violência envolvendo pessoas idosas, tornou possível uma série de considerações, as quais se apresentam aqui.

Desde já cabe lembrar que o desejo de pensar a violência tem implicado, enfim, em certa pluralidade de abordagens. Se, em cada região do país, no âmbito de cada instituição (ou de cada conjunto delas), no interior das diversas formas de organização familiar de que o país dispõe na atualidade etc., dão-se violências as mais singulares em relação a pessoas idosas (elas, também, díspares entre si), não é menos correto que o pensamento acadêmico tem respondido a isso de forma a dar corpo a uma escritura igualmente multifacetada.

Certamente não parecerá ingênuo afirmar, como, aliás, o faz Faleiros, que todos estes influxos concorrem, ou se articulam, com nova sensibilidade em relação à pessoa idosa, no Brasil:

Existe hoje também maior atenção e sensibilidade da sociedade para o problema: realização de debates, difusão da problemática e ampliação das instâncias para denúncia. (Faleiros, 2007, p. 21)

Um exemplo disso consiste, num trabalho recente (Berzins & Watanabe, 2010) que repertoria não apenas mobilizações variadas quanto ao

enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. Mais que isso, o livro reúne uma série de abordagens, cada uma a partir de um lugar disciplinar específico, nas quais se trata de formas daquela violência. Assim, são abordados os seguintes temas: a legitimidade de se pensar uma inserção da preocupação com a pessoa idosa na agenda dos direitos humanos; a relevância de mapeamentos permanentes da produção discursiva legal-institucional quanto à proteção da pessoa idosa; questões éticas e bioéticas implicadas nos maus tratos à pessoa idosa; a disseminação de preconceitos e estereótipos contra idosos em piadas; a dupla vitimização do idoso deficiente; o debate quanto à violência sexual contra a pessoa idosa; o suicídio de idosos; a violência financeira; a condição do idoso violento e/ou criminoso; a violência das e nas instituições; o sofrimento implicado no cuidar de idosos e a sua relação com a possibilidade da negligência. Por fim, o livro se encerra com discussões acerca dos compromissos éticos, políticos e culturais de uma agenda direcionada à viabilização de uma cultura da paz, em meio à qual se deslegitime amplamente a violência contra a pessoa idosa.

O mesmo interesse múltiplo parece se dar no corpo de respostas àquela violência que se articula no campo das políticas públicas. No Brasil, principalmente após os anos 1980, tem sido frequente a elaboração de normas legais e de aparatos institucionais dedicados a construir um território de direitos específicos para a população idosa. Também tem sido recorrente, desde ali, a fabricação de instrumentos diversos de enfrentamento às violações eventuais ou sistemáticas àqueles direitos. Em todos estes movimentos é possível observar um insistente cuidado em recusar abordagens demasiado generalistas, com o que o Estado, em especial no pós-1988, sinaliza a sua compreensão em relação ao caráter dinâmico e complexo da velhice.

Sob um ponto de vista relativamente formal, podem ser elencados alguns marcos institucionais para uma história da violência contra os idosos – ou, noutra chave, para uma história do recobrimento da expe-

riência etária pela dinâmica da *legalidade*. Estudo relativamente recente, produzido por pesquisadoras ligadas ao respeitado Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde (CLAVES), da FIOCRUZ, por exemplo, menciona como textos legais que registram, no Brasil, direitos específicos da população (ou da pessoa) idosa a Constituição de 1988, a Política Nacional do Idoso (1994), o Estatuto do Idoso (2003) e a Política Nacional de Saúde do Idoso (1999 e 2006). (Souza, 2008)

Caberia agregar a esta lista o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa. (Brasil, 2005) Nele está posta uma espécie de tipologia, apresentada como sendo um conjunto de “categorias e tipologias padronizadas” de forma nacional e internacional “para designar as formas mais frequentes de violências praticadas contra a população idosa” (p. 11).

As situações apresentadas naquele Plano de Ação como sendo o rosto factual das violências contra a pessoa idosa podem ser lidas como um documento, ou seja, como o registro singular de uma posição ao mesmo tempo técnica e política, a qual não está isenta de implicações no movimento mais geral de uma política de subjetivação a ser experimentada, contemporaneamente, em relação a uma política das idades. Com isso quero dizer que a escolha das situações que compõem a lista apresentada por aquele documento, ainda que justificada implicitamente por enunciações que remetem a investigações quantitativas *do real*, não passa de uma *escolha*: de um gesto pleno de intencionalidades e de compromissos com formas históricas de interpretação dos medos, dos riscos e dos cuidados.

Documentos de cultura: registram o esforço de se combater a violência. Documentos de barbárie: registram situações plausíveis, conhecidas, quase banais – se não o fossem, não seriam combatidas tão incisivamente, enfim. Ao dizer do que devemos tomar distância, o documento mencionado acaba por nos oferecer um espelho – no qual uma imagem

terrível de nós mesmos acaba por se apresentar, e, frente a qual só nos cabe, talvez, o susto, a angústia. o desejo de uma reinvenção subjetiva e social.

Maria Cecília de Souza Minayo e Edinilsa Ramos de Souza, pesquisadoras consolidadas no campo dos estudos sobre a violência que acomete a pessoa idosa, em estudo recente (2005), chamam a atenção para o relativo desencontro entre a proliferação de dispositivos legais e institucionais de proteção ao idoso e as situações nas quais os direitos ali estabelecidos são violados.

Mencionando o Estatuto do Idoso, o Plano de Ação de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, a documentação da Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências do Ministério da Saúde e, ao lado disso, o estabelecimento de uma rede crescente de Conselhos de Direitos dos Idosos (Nacional e locais), as autoras registram o movimento de acolhimento, por parte do Estado, do que passa ali por ser o reconhecimento público (Estatal) daquela classe etária e de seus direitos específicos. Mais especialmente, é destacada a preocupação com as mulheres e com os idosos mais pobres, entendidos como mais frágeis.

Este cenário, entretanto, como se mencionou acima, não existe desvinculado daquilo mesmo que, no limite, lhe garante a existência: a multiplicação das circunstâncias nas quais idosos se colocam na posição de sujeitos desrespeitados nos seus direitos. Em face de razões estruturais e de questões ligadas a elementos do imaginário e das sensibilidades em relação à velhice (e ao seu polo hiper-valorizado, a juventude), a velhice ainda se vê presa, no Brasil, de gestos pouco acolhedores. O que deveria mudar, dizem as autoras, ancoradas na defesa de um ideal civilizatório de sociedade e de futuro:

Como prevê o estatuto, todas as formas de aumentar o respeito, todas as políticas públicas voltadas para sua proteção, cuidado e qualidade de vida precisam considerar a participação dos idosos, grupo social que desponta como ator fundamental na trama das organizações sociais do século XXI. Ricos ou pobres, ativos ou com algum tipo de

dependência, muitos sustentam famílias, dirigem instituições e movimentam um grande mercado de serviços que vai do turismo, ao lazer, à cultura, aos produtos farmacêuticos ou estéticos e à assistência médica e social. Amar, respeitar e contar com os idosos é condição de uma sociedade inclusiva e saudável. (p. 161)

Enfim, são identificadas, na literatura em geral e no Plano de Ação de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, em especial, as seguintes formas mais comuns de violência contra a pessoa idosa (p. 12):

Abuso físico, maus-tratos físicos ou violência física

dizem respeito ao uso da força física para compelir os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocá-los dor, incapacidade ou morte.

Abuso psicológico, violência psicológica ou maus-tratos psicológicos

correspondem a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social.

Abuso sexual, violência sexual

referem-se ao ato ou ao jogo sexual de caráter homo ou hetero-relacional, utilizando pessoas idosas. Esses agravos visam a obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.

Abandono

é uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção.

Negligência

refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência contra os idosos mais presente no país. Ela se manifesta, frequentemente, associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade.

Abuso financeiro e econômico

consiste na exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar.

Autonegligência

diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesma.

Cabe pensar sobre esta tipologia. Cabe imaginar, a princípio, o quanto ela implica na construção de uma espécie de regra de civilidade básica em relação à convivência socialmente legítima da sociedade para com seus idosos. Afinal, ao elencar um rol de situações nas quais se atualize a violência contra aquela população específica, o documento em questão faz pensar sobre o seu outro, sobre o seu avesso. Deveremos agir ao contrário do que ali se enuncia, se quisermos atualizar na nossa conduta individual e coletiva o respeito ao idoso.

Além disso, aquela lista condensa, também, uma espécie de dimensão da memória coletiva, ligada às práticas históricas *permitidas* ao idoso. Isto se dá na medida em que as condutas elencadas estão ligadas apenas a certas dimensões da experiência dos indivíduos, as quais, por

dedução, passam desde ali a ser tomadas como as únicas válidas e legítimas para quem cai presa da divisão biopolítica que institui as classes etárias.

Produz-se então uma série de imagens da velhice: velho é quem é susceptível desta ou daquela violência; velho é quem deve ser protegido em relação àquelas violações de direitos; velho, finalmente, é quem frequenta aqueles territórios existenciais potencialmente vulneráveis a hospedar algo daquele rol de ações condenáveis.

* * *

Está expressa no corpus certa política etária, perceptível na identificação, através de um repertório próprio, dos personagens das histórias contadas. Assim, nas matérias, não importando se as pessoas idosas lá referidas eram vítimas ou causadoras da violência, as palavras que servem para individualizá-las podem ser tomadas como o índice de certa significação da experiência do envelhecimento.

Com isso se quer dizer que os nomes que orientam o narrar das histórias (no sentido de que chamam a atenção do leitor para uma dimensão especial da matéria, qual seja, o fato de que ela se *refere* a uma situação que envolveu alguém identificado socialmente a partir de sua idade) enunciam vínculos entre idade e identidade.

É preciso lembrar, quanto a isso, que não parece ser possível (não creio mesmo que seja) falar de fora da história. As práticas de linguagem, no sentido em que são consideradas aqui, são entranhadas profundamente pelo seu tempo, pelo seu espaço. Elas não existem fora das suas condições históricas de possibilidade – ainda que, eventualmente, possam transgredir tais limites e inventar novas dizibilidades, novas visibilidades. Aliás, aí estão em geral momentos de muito interesse para o historia-

dor: os instantes nos quais se realiza a descontinuidade, o deslocamento, o estabelecimento de novas pertinências.

Deriva daí, inclusive, a razão porque esta questão chamou a atenção: é produtivo, creio, problematizar até mesmo os nomes com os quais se conta para narrar, na medida em que eles não precisam ser pensados como meros indicativos de uma presença. Ao contrário, eles podem e devem ser tomados como a expressão (a condensação, a realização) de certa sensibilidade em relação ao que se noticia e em relação a muito mais.

Para abordá-la sob um prisma relevante para o presente estudo, pode-se dizer que a nomeação pode ser discutida historiograficamente como uma prática de poder que está implicada em certa governamentalidade. Isto em duas direções, principalmente.

Em primeiro lugar, na medida em que, nos que diz respeito à experiência histórica da modernidade, a percepção de que a existência é uma *vida* e, ainda mais, que é uma *vida dividida em idades*, é uma invenção articulada com a emergência da biopolítica e da governamentalidade que lhe corresponde. Apenas quando se torna possível aquele movimento é que passa a fazer sentido, da forma como o praticamos, a etarização da identidade.

Em segundo lugar, é também mediante o recurso da ligação quase irrecorrível entre a identidade e a idade (não por acaso palavras tão semelhantes) que se dá um dos mecanismos mais recorrentes de controle de si e do outro nos últimos séculos. Ao se segmentar a existência – a *vida* – em uma série linear e heterogênea de fases, coloniza-se o corpo individual e social de certa potencialidade imagética que circunscreve a experiência de forma *natural*(izada). As idades passam a ser o passaporte para uma e apenas uma forma de ser, em tal contexto.

Assim, ao optar – se é que é uma questão de escolha... – por nomear os personagens das histórias contadas desta ou daquela forma, o JP se insere num fluxo. Faz funcionar certa maquinaria de nomeação que é, também, maquinaria de identificação, de classificação, de hierarquização

etc. Afinal, o nome que se aciona emerge de um contexto, de um arquivo, de uma rede de significações outras – os ditos, os não-ditos, os silêncios de que fala a análise de discurso – que, ao fim e ao cabo, interferem no sentido. A formulação mesma da questão que preside os movimentos deste estudo, ao se fazer mediante o acionamento da expressão “pessoa idosa”, já implica na afirmação de um lugar, na potencialização de um regime classificatório que de forma alguma se pretende neutro ou melhor que outros, tantos, que existem ao meu redor (Faleiros, 2007).

É a partir destas questões que se pensa, aqui, por exemplo, a reiterada enunciação do termo “aposentado(a)” para nomear as pessoas idosas de que se trata nas matérias. Ao usar aquela expressão, o JP naturaliza uma das dimensões possíveis da experiência contemporânea do envelhecimento. Ele silencia outras formas subjetivas e identitárias, apostando para a condição de não-trabalhador e de ser custeado pela previdência (pública, que nas matérias trabalhadas parece não haver espaço para beneficiários da seguridade privada) do idoso brasileiro contemporâneo.

Deve se observar, ainda, que a apresentação do termo “aposentado(a)” na chamada das matérias e no seu corpo convida o leitor a um exercício criativo e produtivo: fazer dialogar aquilo que lhe toma a atenção naquele instante com sua memória acerca da experiência brasileira contemporânea da aposentadoria.

Para tanto, o próprio JP oferece instrumentos imediatos, já que não é raro, nas suas páginas, a presença de alguma matéria que enfoque a questão previdenciária. Ora, esta é uma intensa frente de batalha no Brasil, e não de hoje, dado que diversos personagens da cena pública edificam-se a si mesmos a partir de sua inserção nos debates sobre o financiamento da previdência, sobre os seus rombos, sobre as diferenças entre a “proteção” aos trabalhadores do serviço público e da empresa privada etc.

A tematização de tais questões na imprensa e nas conversas do dia a dia é frequente, ainda mais no tempo presente, marcado que é por tan-

tas “ameaças” de reinvenção da lógica previdenciária, as quais parecem sequestrar a eventual segurança no futuro que todo trabalhador imagina ter desde quando se torna contribuinte.

O JP também torna possível o entrelaçamento da matéria com outros enunciados e outros fios da memória coletiva, entre os quais a relevância das pensões e das aposentadorias (dos “benefícios”, como dizem alguns) na economia dos municípios pobres do país, entre eles, muitos na Paraíba.

Assim, um turbilhão de imagens se apresenta no calor do instante em que a notícia é lida: uma enunciação funciona como catalisadora de uma varredura mais ou menos intensa, a depender de quem a executa, na memória individual e coletiva. O aposentado que comete um crime ou que o sofre torna-se, naquele movimento, personagem factível de um sem número de tramas outras. Ao saber da morte trágica de um deles, talvez, o leitor, se houver tempo, se verá pensando nos destinos dos que sobreviveram àquele acontecimento – os parentes do morto, de que viverão, a partir daquele dia? Que caminhos foram percorridos até ali, quanto trabalho foi realizado, para que tudo se encerre em meio a uma violência?

Outra nomeação instigante é a que consiste no uso do termo “ancião”. Palavra antiga, mais afeita talvez a códigos de relações intergeracionais distintas das que são operadas na atualidade, aquele termo executado, pelo seu uso, um duplo movimento. Por um lado, faz-se o que é típico do estereótipo: apagam-se as diferenças, as singularidades. Todos os mais velhos são anciões, o que lhes faz protagonistas de uma velhice simbolicamente marcada pela antiguidade, pela respeitabilidade e, no mais das vezes, pela fragilidade. Além disso, no entanto, há que se observar um segundo movimento: a referência ao “ancião” amplia imageticamente o horror da violência que se relata. O ancião criminoso é mais culpado que o jovem pego em igual delito, afinal a ancianidade deveria trazer consigo a prudência e o temor às leis, às regras, às normas. O ancião vitimado

pela violência faz do seu algoz um monstro, um ser capaz de agredir o corpo, talvez, mais frágil.

Uma terceira estereotipia está ligada à construção identitária, na linguagem jornalística, que se constrói mediante o cálculo das idades: aparecem, aí, os “sexagenários”, os “septuagenários”, os “octogenários” e assim por diante. Reduz-se a vida ao tempo vivido e contado, num espraiamento da lógica etária que silencia sobre a heterogeneidade latente nas dobras e nos entremeios da experiência dos homens e mulheres. Como vem sendo dito acima, neste último movimento, uma vez mais e de forma talvez mais acentuada e explícita, vincula-se a identidade à soma dos anos vividos, num esboroamento de outras possibilidades de demarcação da subjetividade, da identidade.

Todas as nomeações referidas educam de alguma forma quem as encontra na página impressa do JP: elas ensinam a moderna lição de que somos nossa existência, principalmente, para o que interessa a este estudo, elas ensinam a moderna lição de que somos a nossa existência cronologizada, segmentada, classificada e hierarquizada em função dos anos que vivemos (ou que nos tomam e consomem).

* * *

As cidades – o mundo – são plurais, efetivamente. Entregam-se, díspares, a quem se ocupa em tentar seduzi-las ou conquistá-las pelo pensamento ou pelas demais sensações. Tornam-se, assim, objetos de memórias as mais variadas, a exercícios de monumentalização os mais plurais, a cidade de papel e de palavras multiplicando ao infinito a cidade de pedras.

No conjunto que compõe o corpus deste estudo, a monumentalização da cidade – bem entendido, da cidade que passa por ser o palco da violência contra a pessoa idosa – se dá mediante alguns movimentos,

algumas ênfases. Numa mirada mais sincrônica que diacrônica, é disto que me ocupo neste item.

Num primeiro movimento, há a produção, nos relatos, de enunciações que fazem a separação entre o dia e a noite: ambos os tempos são assim construídos discursivamente como experiências de medos e riscos singulares, de possibilidades de morte que se acoplam na configuração de um rosto terrível, mas que guardam entre si suas distâncias. Sofre-se e morre-se diferentemente a depender da hora. (Wanderley, 2010)

Esta desnaturalização do tempo se articula com a dimensão moderna da experiência urbana contemporânea, objeto de atenção e de estudo de ampla bibliografia. Nela, quando abordada a história do Brasil, se discute como, ao longo do século XX, diversos movimentos se deram no sentido da transformação do cenário urbano em prol do espraiamento dos signos modernos e de seus impactos nas sociabilidades e sensibilidades.

Uma das facetas disso foi a conquista paulatina do tempo pela semiótica implicada nas ações humanas, as quais passaram a reger as medições, as partições e as atribuições do tempo. Neste sentido, o dia e a noite, por exemplo, deixaram de ser objeto de uma recepção mediada apenas pelos signos da luz e do escuro para receberem novos sentidos, novos usos, novas funcionalidades.

Operou-se aí com uma ambiguidade da experiência: conquistamos mais um território, graças ao avançar dos homens pela noite que não é mais tão escura, mas, ao mesmo tempo, abrimos mais espaço para inquietações e angústias individuais e coletivas – na medida em que viver um tempo que não tem sentidos prévios traz consigo a responsabilidade da invenção permanente de sua alma, de sua verdade. E, além disso, a afirmação de algo, como se sabe, traz consigo as ameaças dos seus perigos, dos seus outros. O tempo, controlado, manipulado, servo dos homens, tem seu avesso no fantasma provável do descontrole, das rupturas, das fraturas, dos desvios.

Ao significar singularmente dia e noite, os textos que compõem o corpus, enfim, ensinam algo aos seus leitores primeiros: a cidade pode e deve ser vivida e habitada diferentemente ao longo das horas. Afinal, as horas não dizem o que são ou para que servem pela sua simples aparição. Ao contrário, para saber-se o que é possível ou impossível de se fazer e viver em cada momento só há um caminho: usar o tempo, explorar suas fronteiras e seus interiores, desvelar o seu rosto misterioso – nele encontrando, quem sabe, espelhamentos e estranhamentos que dirão muito mais de quem age do que do mundo ao qual ele se conecta.

E, outra verdade que se acopla a esta última, aos cidadãos cabe a responsabilidade – para consigo, para a ordem pública, para o bem estar dos seus amigos e parentes – de se cuidar, inclusive atentando para esta espécie de etiqueta que consiste em discernir o que cabe e o que não cabe a cada momento, e viver conforme tais regramentos. Inscreve-se na alma e no corpo do habitante da cidade que a ordem pública também depende dele, vítima provável.

Se observados os códigos de auto-proteção em vigor, mesmo eles sendo, no nosso tempo, cada vez mais severos e restritivos, estaremos (mais) seguros, diz esta lógica; o contrário nos fará presa fácil do crime e da violência. Em outras palavras, a internalização do medo implica na conquista da alma pelo pânico em relação ao outro, em relação ao desconhecido, em relação às sombras.

Constrói-se socialmente um solipsismo doloroso e cúmplice da morte paulatina da vida coletiva, dos laços que, para subsistir, carecem de cuidado e de investimento permanente, como os da amizade e os que demarcam o campo da esfera pública, por exemplo:

Há, no contexto desses discursos, uma construção social do medo. O medo do atentado ao patrimônio e à integridade física e o medo da morte por violência (...) são sintetizados no temor à vitimização pelo crime, que tem como reação paliativa uma regulação de condutas, na qual se interioriza a hostilidade do viver urbano, alienando os [idosos] de

dinâmicas do mundo social. O receio resulta de um processo de contato agressivo com o outro que desestimula o indivíduo no que lhe é constitutivo: as interações que o constroem como sujeito social. Reféns do estranhamento, indivíduos em suas redes de pertencimento designam como perigosos trajetos, territorialidades, situações, horários e indivíduos que, potencialmente estranhos, ameaçam a ordem social. A desconfiança do outro mergulha-os no sentimento de esvaziamento dos sentidos coletivos, fortalecendo ainda mais as bases de um *ethos* social hiperindividualista. (Eckert, 2002, p. 93)

O discurso que se produz, por exemplo, a partir dos lugares de saber e poder da medicina, insiste em reforçar aquela etiqueta, principalmente, na atualidade, recorrendo a argumentos de ordem econômico-financeira. Assim, diversos profissionais da saúde ocupam espaços na visibilidade midiática para alertar a população para os custos de certos procedimentos, os quais se repetem por conta da falta de cuidado consigo – e, de certa forma, com a sociedade em geral – que caracteriza certas condutas individuais.

Médicos enunciam a todo o pulmão que as contas da saúde no Brasil não fecham com justeza, entre outras razões porque os indivíduos sobrecarregam o sistema público (e o privado) com demandas que poderiam não existir, se fossem prevenidas. O que se diz, aí, é que as condutas individuais que se pautam pela experimentação do risco e pelo enfrentamento “irresponsável” das vulnerabilidades de cada um produzem dor e sofrimento, o que tem custo financeiro elevado para o Estado, para os contribuintes e para os usuários em geral da saúde privada.

Com isso o uso da cidade é tolhido por mais um medo: o de provocar-se um acidente qualquer que reverta em elevação dos custos que se enfrentam apenas para que se possa, enfim, viver.

Velhos e velhas de Porto Alegre, entrevistados em pesquisa de Cornelia Eckert (2002), expressaram tais tensões. Para eles, a vida na cidade que foi se modernizando ao longo do século XX foi sendo experimentada, progressivamente, também como um aprendizado de modos de usar o espaço urbano que se pautava pela observação dos ritmos *novos* do tempo:

A prudência passou a ser uma regra do cotidiano. À luz do dia, eles arriscam o convívio em lugares públicos; já ao escurecer evitam sair, e a entrada de qualquer desconhecido é controlada por um serviço de portaria com vigilância 24 horas, que comunica por interfone interno a presença de um visitante. (...)

As estratégias para preservar um estado de segurança é indicativo, pois, de um ato considerado cada vez mais civilizador nas cidades. (p. 81)

(...)

Hoje, caminhar, passar, viver, pertencer, ocupar são verbos condicionados pela imagem que as pessoas interiorizam e representam sobre os espaços urbanos de maior ou menor segurança. Paliativos de toda ordem são levados em conta, cuidado com os horários, sobretudo noturnos: segura-se o carro, a casa, vigia-se o bairro etc. (p. 93)

O indivíduo que é internado por ter sido vítima de um agravo qualquer à sua saúde, dos que poderiam ter sido evitados, é culpado de onerar o sistema de saúde, historicamente combatido em suas receitas. Faltará dinheiro para causas mais nobres, dizem os doutores do corpo, vez que muito é gasto com imprudentes. Os serviços e profissionais da saúde, neste caso, abrem mão do seu papel de *curadores* para tornarem-se responsáveis pelo *pastoreio* do povo, tomado naquela série discursiva como massa inculta e despreparada para cuidar de si mesma. Moraliza-se a relação entre o profissional da saúde e a sociedade, enfim.

Mas, como dizia, os tempos são investidos de sentido – durante o dia, por exemplo, diz o Jornal, há atropelamentos, assaltos, abusos vários. Expõe-se, então, com mais crueza e com menos máscaras o multifacetado preconceito, o abandono, a morte em vida de corpos que passam pelas ruas sem que quase nada lhes barre o caminhar rumo a ainda mais miséria, mais dor, mais fim. Durante o dia, inclusive, tudo é ou fica mais visível: há maior busca por hospitais, atritos em ônibus, incompreensões e mal entendidos nas filas de bancos e lotéricas.

A morte, por atropelamento, de uma aposentada em Bodocongó (JP, 14/06/2010, p. 8), os latrocínios cometidos contra idosos em diversos lugares da cidade (JP, 03/05/1994, p. 6; JP, 28/10/1996, p. 8; JP, 05/09/2000, p. 5, entre tantos outros casos), a briga numa fila de lotérica que acabou em acerba discussão (JP, 01/03/2002, p. 06) – tudo isso, e muito mais, deu-se sob a luz do sol.

A cidade se mostra, em tais circunstâncias, áspera a não mais poder. Mudando a cada dia como se o tempo presente não coubesse nas malhas de pedra montadas ainda ontem, a cidade torna-se incessantemente desconhecida, logo, não mais familiar aos seus habitantes. Quem a conhece mais intimamente de tempos mais longos se defronta, nos últimos vinte, trinta anos, com uma fluidez desconcertante.

Penso, devo dizer, em Campina Grande e João Pessoa, maiores cidades da Paraíba e palco de quase todas as histórias de que esta pesquisa se ocupa. Ambas, a segunda mais que a primeira, mas a primeira emulando, sem parar, a segunda, cresceram para cima e para os lados, diversificaram as formas e os estilos do trabalho, da moradia, do lazer – e dos conflitos – nas últimas décadas do século XX e no começo do século XXI de forma que, com o perdão da frase já desgastada, tudo se desmancha no ar.

Aí se dá o que se disse: massacra-se quem desvia do que de alguma forma se erige como norma, como identidade aceita e válida.

Também durante o dia as pessoas desaparecem. Ou, o que se conecta com aquilo, os sumiços são percebidos e tornam-se objeto de atenção, de medo, de agitação. Abre-se, no intervalo de uma presença habitual, um vazio, uma ausência incompreensível e que massacra a todos quanto a ela sobrevivem. É com o tempo ainda claro que as famílias, ou os amigos, ou os vizinhos dão por falta de um idoso ou de uma idosa que, sem aviso nenhum, não cumpriu compromissos, não se fez presente nos espaços de sociabilidade habituais, não abriu a porta ou as janelas, não cantou, não chorou, não gritou (JP, 02/03/1995, p. 06; JP, 18/07/2002, p. 3).

“Ele saiu”, alguém dirá, “e ainda não voltou”. Ou, como dirão outros, “ela deve ter ido à casa de uma filha, de uma comadre”. Haverá quem sinta a falta da beata, do companheiro de bar e de baralho, daquela velha senhora que varria a calçada de sua casa e dos vizinhos, daquele senhor que paquerava as moças na praça, do homem sisudo que não cumprimentava ninguém, da velhinha que ia à feira com grande regularidade (JP, 19/12/1998, p. 5; JP, 25/04/1999, p. 8; JP, 04/11/2001; JP, 07/12/2002, p. 8; JP, 20/09/2004, p. 7).

Nesta desapareição transtorna-se o mundo. E isto de várias formas. Não bastasse a dor de quem se vê na companhia de uma solidão inesperada e ininteligível, há a instalação de uma fratura no sentido do próprio tempo. Como a luz do dia, que a tudo deveria descobrir e tornar visível, permite que alguém seja subtraído do convívio habitual? Como o instante em que, supostamente, todos estão à vista (principalmente nos espaços urbanos ou rurais que se deixam marcar pelas práticas de sociabilidade mais *tradicionais*), alguém some?

A construção discursiva, pelo jornal, do dia do idoso e da idosa resulta portanto num cenário de riscos capilares, difusos, universais. Em todos os espaços e em todos os instantes há a possibilidade de que algo terrível venha a ocorrer. Quase se percebe um murmúrio por entre as palavras de tais histórias: não há vida em meio a tanto medo, a tantos perigos.

A desapareição, muitas vezes, é explicada apenas quando um cadáver é encontrado:

O aposentado Antônio Benedito da Silva, 83, casado, teve o crânio aberto a golpes de machado no final de semana. O corpo do octogenário foi encontrado a poucos metros de sua residência, no Sítio Tapuiú, no município de São João do Tigre, no Cariri Paraibano, na manhã do último sábado.

O cadáver de Antônio Benedito foi encontrado por vizinhos. Ele havia desaparecido de sua casa por volta do meio dia da última sexta-feira. A polícia foi informada, mas não sabia do paradeiro do ancião.

Ao lado do corpo, os policiais encontraram o machado usado no crime. A arma foi apreendida pelo delegado Geraldo Moura da Silva. Não existem suspeitos do assassinato. Os familiares da vítima disseram que ela era bem relacionada com os vizinhos. A hipótese de que ocorreu latrocínio (matar para roubar) ainda não foi aceita pela polícia, pois Antônio Benedito não estava com nenhum objeto de valor ao desaparecer de sua casa. (JP, 13/02/1996, p. 06)

À noite, como no dia, também não há paz para os personagens de nossas histórias. Ali, como no dia, mas de forma mais insistente, dão-se os latrocínios, os estupros, as invasões domiciliares, os espancamentos. Rita dos Santos Rocha, de sessenta e quatro anos, foi morta a tiros pelo filho após recebê-lo, tarde da noite, embriagado (JP, 22/02/1994, p. 04); Maria Marcolino da Silva, de sessenta e três anos, foi violentada sexualmente por um vizinho bêbado (JP, 19/02/1998, p. 06) que a agrediu brutalmente... O ambiente doméstico, espaço colonizado com frequência pelas práticas de interesse deste estudo, torna-se com a chegada da noite num cadinho de tensões e de conflitos que, repetidamente, vitimam os idosos.

Isto se deu, entre outros casos, com José Florêncio da Silva, em 1996. Solteiro, aos sessenta e quatro anos, mergulhado, segundo seus familiares, numa crise financeira que não lhe permitia ver perspectivas, o aposentado valeu-se de uma corda para se enforcar em casa, no meio da madrugada. Registrou o JP:

A polícia que encaminhou o cadáver para o Instituto Médico Legal em João Pessoa recebeu informações de que José Florêncio vinha tendo fortes crises de depressão nos últimos dias, mas também nunca falou sobre a morte com seus familiares.

Na noite de anteontem, ele demonstrou estar perturbado. Pela madrugada utilizando uma corda de sisal amarrada nos caibros de sua residência, o aposentado – que sempre reclamava da dificuldade financeira que vinha enfrentando – se enforcou. Ele não deixou nenhum bilhete. Ainda assim, o inquérito será instaurado na delegacia daquele município. (JP, 09/02/1996, p. 06)

A noite, quando acompanhada da solidão, torna possível o mergulho em dores que não se dizem, mas se enfrentam com gestos viscerais, incontornáveis:

O aposentado Geraldo Luís do Nascimento, 67, casado, se matou ao ingerir uma grande dosagem de agrotóxicos. Ele foi encontrado agonizando no interior de sua casa no Sítio Canudos, município de Boqueirão, na última terça-feira à noite. De imediato, o suicida foi trazido para Campina Grande, mas morreu antes mesmo de receber os primeiros socorros médicos.

O corpo foi encaminhado para a Unidade de Medicina Le-

gal para ser submetido ao exame de necrópsia. A polícia informou que o sexagenário não deixou nenhum bilhete que pudesse explicar tal gesto, mas informações não confirmadas apontam que o ancião vinha passando por sérias dificuldades financeiras, o que teria lhe causado desgosto de viver. (JP. 30/05/1996)

Do mesmo modo que os crimes do dia, os da noite desnaturalizam o tempo e tornam problemáticas as suas partições. Repertórios imagéticos são acionados e, por vezes, reinvestidos de sentido, de sorte a que arquivos *tradicionais* são postos em funcionamento ou, ao contrário, revistos e desmentidos.

A noite, sendo calma e silenciosa, protegida pela escuridão e pela rarefação da presença humana nos espaços públicos, seria marcada talvez pela ampliação da segurança. As pessoas se recolheriam mais, prenderiam-se com especial intensidade aos ritmos e aos espaços mais privados, e, então, seriam acolhidos entre próximos.

No entanto, diz o JP, a noite, para os idosos, sendo calma e silenciosa, protegida pela escuridão e pela rarefação da presença humana nos espaços públicos, se deixa marcar pela sombra do risco. Os marcos mais característicos da vida noturna servem, aí, para proteger agressores, para tornar possível aproximações deletérias. Na noite escondem-se os que não desejam, para si, visibilidade:

O aposentado José Barbosa dos Santos, 82, casado, morreu na madrugada de anteontem na Unidade de terapia Intensiva do Hospital Antônio Targino, onde estava internado desde o início da madrugada de segunda-feira passada. Ele não resistiu aos tiros efetuados por desconhecidos durante uma emboscada, domingo à noite, próximo de sua residência, no Sítio carneiros dos Serafins, município de Princesa Isabel, no Alto Sertão paraibano.

A vítima estava na companhia do sobrinho Francisco Barbosa dos Santos, 26, que também saiu ferido, quando ocorreu a emboscada. Vários tiros foram efetuados. Pensando que os dois estavam mortos, os pistoleiros fugiram.

Os disparos chamaram a atenção dos moradores do local, que encontraram José Barbosa e Francisco Barbosa esvaindo-se em sangue. Às pressas, eles receberam os primeiros socorros médicos no hospital de Princesa Isabel, mas pela gravidade dos ferimentos, foram removidos para Campina Grande. O sobrinho do aposentado, ainda está internado no Hospital Antônio Targino e não corre risco de vida. (JP, 19/06/2000)

Caminhando pela cidade à noite, em qualquer atividade que seja, o idos que povoa as páginas do JP é vítima preferencial de quem deseja o bem alheio:

Policiais prenderam em flagrante os desocupados Lauderí Soares da Silva, 19, residente na rua Cassimiro de Abreu, 341, no bairro do José Pinheiro, e o menor infrator E.A.N., 15, que mora na rua Castro Alves, 562, no mesmo bairro. Eles por pouco não assassinaram a golpe de faca-peixeira o ancião Valdemar Gonçalves Damanesco, 73, que reside na Antonio Barbosa, 241. A vítima está internada em estado de saúde delicado na Unidade de Terapia Intensiva – UTI do Hospital Dr. Edgley Maciel, para onde foi socorrido na noite da última quarta-feira.

Os desocupados que abordaram o septuagenário, que saiu de casa para comprar um botijão de gás numa carroça de mão. Próximo a sua residência, Valdemar Gonçalves encontrou-se com os marginais, que antes mesmo de anunciarem o roubo, cravaram a faca-peixeira em sua cabeça e foragiram-se. O ancião foi socorrido em estado grave por

populares. Ontem ele já apresentou melhora no seu quadro clínico. (JP, 06/05/1994)

* * *

A leitura das matérias de que se ocupa este estudo, desde os momentos iniciais, suscitou o desejo de uma reflexão mais detida sobre as práticas de espacialização do mundo que se experimenta naquele corpus. Um desejo, aliás, que tem suas razões de ser: como lembra, entre outros, José D'Assunção Barros (2007), desde o início do século XX a face mais recorrente da experiência histórica é da urbanização acelerada, numa ruptura notável com um passado de muitos séculos em que o campo era o ambiente familiar por definição. Esta urbanização levou a um estranhamento, por parte de diversos campos de saber, em relação ao espaço, o qual deixou de ser tomado como um a priori para se tornar, ele próprio, em problema a ser pensado e em imagem a impressionar a investigação social.

Michel Foucault, no seu "Outros Espaços" (2001), texto por longo tempo esquecido e, hoje, amplamente citado, já discutia, em 1967, a relevância extrema do espaço na configuração da experiência histórica e no pensamento social ao longo do século XX.

A grande mania que obcecou o século XIX foi, como se sabe, a história: temas do desenvolvimento e da estagnação, temas da crise e do ciclo, temas da acumulação do passado, grande sobrecarga de mortos, resfriamento ameaçador do mundo. É no segundo princípio da termodinâmica que o século XIX encontrou o essencial dos seus recursos mitológicos. A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. (Foucault, 2001, p. 411.)

Para Foucault, aquele seria o instante de problematização mais intensa de práticas e experiências de justaposições, de aproximações e distanciamentos, de ajuntamentos e dispersões – ou seja, de uma série de dimensões do viver dos homens que remete com intensidade à sua espacialização. Não seria, alerta ele, um apagamento do tempo; mas, certamente, o que se dava então era a invenção de uma nova maneira de elaborá-lo e pensá-lo, bem como à história. Este último movimento é tão mais significativo no âmbito do pensamento de Foucault na medida em que ele indica como a forma mais adequada de inquirir à espacialização a sua inscrição na temporalidade. As práticas de espaço, desta forma, adquirem seu sentido ao passo em que são efetivamente experienciadas. O espaço tem uma história.

Em grande medida a partir da ponderação em relação ao que foi colocado acima, algumas questões, enfim, foram assumidas como dignas de atenção na pesquisa: qual a imagem da cidade que se tece nas matérias estudadas? Como a cidade é, ali, *zoneada* em função da maior ou da menor susceptibilidade da ocorrência de situações de violência? Quais as práticas de espaço que são associadas à segurança – ou, pelo contrário, à insegurança?

É o já citado Barros (2007, p. 40-45) quem oferece considerações relevantes acerca de um movimento de interpretação das práticas de espaço que em muito impressiona este momento de minha análise. Trata-se da síntese, proposta por aquele autor, quanto à tematização da cidade como *texto*.

Segundo Barros, a consideração, inicialmente proposta no campo da semiótica, de que o fenômeno urbano pode ser interpretado como uma textualização e que o habitante das cidades pode ser tomado como um leitor daquele texto singular implica em se renovar radicalmente o estudo do espaço das cidades. O indivíduo, ao habitar o espaço textualizado, passa aí por ser um decifrador do seu próprio mundo, ou seja, passa por ser alguém que consegue compor seus trajetos a partir de gestos de leitura do mundo. Igualmente, o intérprete do espaço é leitor e decifrador do seu

objeto, na medida em que, também para ele, a cidade se apresenta como prática discursiva, como condensação de linguagens, como algo que fala e se dá a atos de fala.

A seus habitantes, e por extensão a seus analistas, uma cidade fala eloquentemente dos critérios de segregação presentes em sua sociedade através dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos, da materialização do preconceito e da hierarquia social em espaço. Sua paisagem fala de sua tecnologia, de sua produção material; seus monumentos e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam; seus caminhos e seu trânsito falam das mais diversas atividades que no seu interior se produzem; seus mendigos falam da distribuição de sua riqueza ao estender a mão em busca de esmolas. Cada um destes índices remete às letras de um alfabeto que pode ser pacientemente decifrado pelos sociólogos, pelos historiadores, pelos urbanistas. A cidade, sem dúvida, pode ser "lida", e é nesta perspectiva que se têm colocado alguns estudiosos do urbanismo a partir de meados do século XX. (Barros, 2007, p. 40-41)

No período que compreende o recorte temporal do estudo, foram frequentes e variados, no Jornal da Paraíba, os registros de situações de violência envolvendo pessoas idosas. Ou, para dizer isto de outra forma, ainda mais interessante nos termos em que este estudo se coloca teórica e metodologicamente, nos exemplares pesquisados observou-se a preocupação dos JP em demarcar com precisão a *diferença* das situações de violência que, tornadas *notícias*, haviam envolvido exemplares dessa classe etária tão visível no presente: a velhice. O JP, assim, contribuía, ao seu modo, com a naturalização da ideia de que é válido e, mesmo, legítimo, identificar as pessoas a partir da sua idade, produzindo-se desde aí partições sociais.

Noticiar um crime e identificar como responsável pela sua autoria um idoso – ou, ao contrário, registrar que um idoso foi vítima de certa situação de violação de direitos – é, ao mesmo tempo, reforçar o estereótipo implicado na demarcação das classes etárias, e estabelecer uma conexão com a memória coletiva, naquilo que ela incita a associar a velhice com a fragilidade ou com a elevação da condição moral pela experiência. Para mencionar apenas uma situação, pode-se indicar que as matérias que registram crimes sexuais protagonizados por idosos, por exemplo, são atravessadas por uma entonação moralista que, ainda que se faça presente em matérias da mesma natureza envolvendo pessoas jovens, naquele primeiro caso há uma ênfase notável.

Uma matéria, entre tantas, que tangencia o que foi dito acima, merece ser citada. Trata de um crime que é tomado, pelo jornalista, como de certa forma implausível – dado que sua materialização implica na aceitação social da sexualidade como dimensão da velhice, o que parece quase uma transgressão em si mesma:

Um crime por motivos considerados inusitados foi registrado no início da noite do último sábado no município de São Vicente do Seridó, no Curimataú paraibano. Um duelo com facas-peixeiras na disputa pelo amor da anciã Maria Alice da Silva, 62, que mora no Sítio Santa Maria, naquele município, levou para Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional da cidade, o agricultor João Oliveira, 61, mais conhecido por “João Cancão”.

Ele foi esfaqueado várias vezes pelo vizinho Francisco Adonias da Silva, 64, que conforme a polícia, vive com Maria Alice há 20 anos, e que durante todo esse tempo vinha sendo traído pela companheira com “João Cancão”. Nos últimos dias, conversas entre os amigos dos envolvidos de que estava havendo traição no relacionamento de Francisco Adonias, praticamente mudou habitual vida de agricultor.

A polícia recebeu a informação de que no primeiro momento Maria Alice teria negado o relacionamento. Uma outra versão dá conta de que ela confirmou, mas garantiu ter se relacionado com o sexagenário vítima a mais de 20 anos. A verdade é que Adonias resolveu procurar “João Cancão”, e os dois resolveram disputar o amor da anciã a faca-peixeira, tendo sido marcado o duelo.

FACADAS – Na noite do último sábado, às 18 horas, Francisco Adonias ainda discutiu com a mulher. Armado encontrou-se com o oponente, também armado. Eles ainda tentaram uma conversa amigável, mas os ânimos se acirraram e o agricultor considerado traído, sacou a faca-peixeira, entrando em luta corporal com o vizinho. Na confusão, “João Cancão” foi esfaqueado várias vezes, tendo sido encontrado esvaiando-se em sangue.

Adonias tentou foragir-se, mas foi preso e levado para a Delegacia de São Vicente do Seridó. A vítima, enquanto dava entrada no Hospital Regional de São Vicente do Seridó, o criminoso era interrogado pelo Delegado José Feitosa Barros, que o autuou em flagrante. O policial informou que durante o depoimento do sexagenário, ele não se mostrou arrependido. E foi enfático: “Só me arrependi porque o safado não morreu.” O estado de saúde de “João Cancão” ainda inspira cuidados. Caso seja confirmado que o ferimento na vítima trata-se de lesão corporal de natureza grave, o criminoso deverá seguir para a Cadeia Pública daquele município. (JP, 08/03/2004)

Mas não vamos adiantar as questões. Por agora, importa ainda indicar que a captura dos registros de interesse da pesquisa se fez possível mediante o acionamento de dois instrumentos de classificação das matérias, os quais acabaram por tornar possível a construção de certas interpretações do material coletado.

Num primeiro movimento, foram identificadas todas as matérias que, de acordo com as regras de enunciação do próprio JP, consistiam em registros das situações de interesse para o estudo.

Os pesquisadores discentes, acompanhados pelo professor coordenador da pesquisa, realizaram a leitura atenta dos exemplares do JP arquivados no setor competente do periódico, localizado numa sala do complexo gráfico situado em Campina Grande. Mediante a observação e a discussão dos protocolos de construção da notícia pelos jornalistas daquele órgão, foi possível a construção de um espécie de gabarito mínimo que orientou desde aí a coleta das matérias de real interesse para a pesquisa.

Neste movimento já se pode realizar um primeiro movimento analítico de problematização da dimensão espacial da violência contra a pessoa idosa. Isto se deu mediante a problematização do lugar das matérias no corpo mesmo do jornal, tomado aí na sua materialidade mais imediata. Quanto a isso, é importante lembrar que a intervenção protagonizada pela imprensa no arquivo – na memória coletiva – quanto à velhice e, especialmente, quanto às situações de violência que envolvem a velhice, se estrutura mediante uma organização discursiva específica do discurso jornalístico. Com isso se quer dizer que a “geografia” do jornal, configurada através da construção imagética de territorializações singulares, articulam dizibilidades e visibilidades também singulares.

O que se pode observar, enfim, foi que, de certa forma sem que nos surpreendêssemos, as matérias que nos interessavam estavam, na sua imensa maioria, impressas na página policial do JP. Com certa frequência, em especial quando a situação poderia ser descrita pelo JP como sendo mais trágica que o habitual, havia alguma indicação, já na primeira página, do que seria noticiado de forma mais completa mais à frente, na página policial. A presença daquelas informações na primeira página era menos frequente do que a de notícias sobre “fatos” ligados à dinâmica político-partidária da Paraíba, ou, mesmo, a eventos esportivos, em es-

pecial, ligados ao futebol. Com isso, é o que imaginamos, o JP enviava uma mensagem clara aos seus leitores, referente ao seu projeto editorial e jornalístico, que se enuncia como distante do sensacionalismo.

Aciona-se, ali, portanto, um modo de endereçamento específico, demarcado pelo desejo de dar ao JP uma respeitabilidade e uma credibilidade que, de acordo com a sensibilidade contemporânea, só são alcançadas quando o noticioso foge das tentações da exploração desmedida dos horrores e das barbáries do cotidiano. O Jornal da Paraíba exibiu assim uma geografia da notícia, no seu corpo impresso, que sinalizava, com as suas aproximações e distanciamentos, com as suas iluminações e seus jogos de sombra, para a ideia de que o rosto do jornal deve ser marcado por textos limpos do sangue, da dor e dos conflitos. Estas sobras da vida, ainda que sejam merecedoras de algum registro, devem ser, entretanto, relegadas a páginas especiais, localizadas no interior do impresso, acessíveis apenas a quem as procura.

Patrocina-se desta forma a uma narrativa tranquilizadora em relação ao real noticiado. A “realidade” passa por ser uma experiência de paz e de harmonia sociais, na qual eventuais transtornos são e devem ser vividos e noticiados como exceções. Uma interpretação possível para esta escolha vincula a linha editorial do JP às vicissitudes do jogo político-partidário paraibano. Afinal, o JP é um órgão de imprensa cujo proprietário é um importante industrial do estado e articulador de relevo de um grupo político local, já tendo sido vice-governador e suplente de senador.

No momento em que este texto foi escrito, para adiantar um exemplo que ajuda a tornar possível a interpretação acima referida, observou-se um movimento de estremecimento entre o grupo que dirige o JP e o governo estadual. Uma querela tributária talvez explicasse o que aconteceu, na medida em que houve uma divergência entre o governo estadual e os proprietários do JP quanto a uma cobrança de impostos devidos por outra empresa do seu grupo.

De todo modo, a partir de certo momento, o JP passou a destacar, na sua versão impressa e no seu portal na internet (www.paraibal.com.br), diariamente, matérias registrando o que ali se dizia como o “descontrole” da violência no estado ou o seu “recrudescimento”, o que se explicou pela incapacidade da área de segurança do governo do estado em dar conta dos problemas de sua responsabilidade. Além das notícias propriamente ditas, houve, ainda, a proliferação de matérias – editoriais ou colunas de opinião – que insistiram na investidura de sentido, na gestão do estado de então, que passou a ser identificada como profundamente incompetente no enfrentamento dos complexos problemas da segurança pública. Ali, como em outros momentos, a imprensa jogou com o medo coletivo, com a exacerbação do risco como dimensão organizadora do mundo, das relações sociais e das experiências subjetivas.

Uma geografia singular emerge da análise das matérias coligidas neste estudo. Nela se registra, e de forma a se fazer sentido, onde os “fatos” se deram. Na casa ou na rua, nos bairros ou no centro, na cidade ou na zona rural – cada localização traz em si, implicada, a consideração do jornal quanto à periculosidade ou à segurança dos espaços da cidade. Aposta-se com insistência na construção imagética da cidade como lugar potencialmente perigoso, lugar arriscado, lugar que exige dos seus usuários saberes específicos, mobilidades próprias, competências singulares.

Na cartografia daqueles espaços do risco e do medo, enreda-se a produção de uma semantização do espaço que é, também, uma estratégia de governo das condutas e das subjetividades. Ao produzir verdadeiras zonas da cidade a partir da violência que nela ocorre, o JP incita as pessoas a uma ocupação do mundo regrada pelo medo, pelo cuidado, pelo entendimento de que não se é mais cidadão, na atualidade: apenas somos vítimas potenciais, quer seja dos marginais, quer de nós mesmos (de nossa displicência, de nossa incapacidade de ler os sinais do mundo). A espacialização do mundo gera um mapa que é impresso com vigor no

corpo dos leitores e dos personagens das histórias contadas, numa per-versa atualização de Kafka.

As matérias, observadas a partir de uma mirada sincrônica, permitem pensar que as situações de violência registradas emergiam a partir do entrelaçamento de fios diversos – muito embora seja possível entrever ali a indicação de que tudo, enfim, resultava do ritmo mesmo das socialidades em curso. Ou seja: o JP, noticiando as mais variadas situações de violação dos direitos humanos de pessoas idosas, ou, mesmo, circunstâncias nas quais eram os idosos os causadores da *desordem*, oferece ao leitor uma gama heterogênea de motivações para o havido. Uma miríade de razões se apresentam, ainda que uma ou outra se destaque por se repetir, como é o caso dos latrocínios, por exemplo.

Entretanto, há uma tensão anterior, uma espécie de movimento surdo e constante a atravessar as matérias lidas. Não satisfeitos em indicar a dispersão dos móveis das ações noticiadas, os profissionais do JP remetem o seu dizer, com notável frequência, à ideia de que, enfim, para além do singular de cada caso, tudo quanto diz respeito àquela rubrica – violência envolvendo idosos – pode ser explicado, afinal, com o concurso da observação de que, no fim das contas, são as relações sociais vividas por agressores e agredidos que dão sentido ao que acaba por ocorrer.

Instaura-se, neste sentido, uma dizibilidade preconceituosa, ainda que disfarçada de objetividade. Num raciocínio silencioso, mas eficiente, o JP oferece ao seu leitor a ideia de que, seguindo-se o procedimento da indução, é cabível compreender que cada fato impresso no Jornal está ligado, de alguma forma, ao seu contexto. As tensões que caracterizam a convivência emolduram e explicam a violência especialmente quando se fala da vida em comum dos mais pobres, ou da partilha dos mesmos espaços por pessoas de gerações distintas. Afinal, não diz o JP, mas permite pensar, os pobres vivem em estado de permanente tensão, em beligerância constante – o que se agrava quando as relações sociais, inter-

subjetivas, se dão entre indivíduos com trajetórias, papéis e projetos tão distintos quanto *velhos e jovens*.

* * *

Outra dimensão importante do presente estudo foi considerar que, ao noticiar as situações de violência que envolviam pessoas idosas, o JP deu margem a certa problematização das implicações entre a espacialização das relações sociais e sua conformação. Com isso se quer dizer que, naquele corpus, pode-se encontrar, nos entremeios do que é dito (e não dito) uma espécie de reflexão razoavelmente articulada quanto às idas e vindas historicamente tecidas entre os pertencimentos espaciais e os destinos individuais e sociais dos personagens daquelas histórias.

De acordo com o Jornal da Paraíba, nos anos entre 1994 e 2005, poucos eram os espaços seguros para as pessoas socialmente classificadas como idosas. Quer em casa, na rua, em ambientes dedicados ao trabalho, ao lazer, nos transportes públicos – em todos os cantos a ameaça se mostrava, como que a sinalizar, enfim, para o apagamento do direito do idoso ao mundo em que ele insistia em viver.

Assim, *varrendo* as páginas do JP correspondentes ao tempo do estudo, encontramos registros de espancamentos, de violências sexuais, de mortes por machadadas, por facas, por armas de fogo em geral. Os nomes se sucedem numa espiral ensanguentada, cada um deles sendo acrescido de uma marcação etária que reforça o que está sendo dito e que impacta ainda mais o leitor, tornado então testemunha de um massacre que se repete dia após dia.

Cabe chamar a atenção, entretanto, que tudo aquilo se dá num espaço vasto, ainda que, no dizer do Jornal, em muito centralizado na casa, na moradia. Ao que deixa suspeitar aquela cobertura jornalística, o ambiente mais característico do idoso é a sua casa, todos os outros espaços

por ele frequentado sendo uma espécie de terra estrangeira que se explora mas na qual não se habita, efetivamente.

As matérias, oferecidas dia a dia aos leitores, construíam assim uma imagem do mundo áspera e quase nada acolhedora aos idosos. Não que em todos os lugares se desse a sua prática exclusivamente a partir da violação dos direitos daqueles personagens; não que por todos os lados se experienciasse uma mesma e repetida agressão aos idosos. Ao contrário, as histórias contadas naquele órgão de imprensa dão conta é de um espraio desigual da violência contra os idosos – desigual, mas intenso, incontornável, ameaçador.

Um duplo movimento: por um lado, a sombra de uma homogeneidade; por outro, a insistência em uma dispersão. Violências por todos os lugares – mas formas específicas em cada lugar, como se as formas de combate à velhice e aos velhos fossem se ajustando silenciosamente ao mundo, moldando-se ao sabor dos limites e das possibilidades de cada instante e de cada localização.

É instigante observar, ainda, como, nas matérias, há, ao lado de uma problematização incessante das pertencas espaciais das vítimas – ou, ao menos, da localização dos casos relatados –, a construção de sentidos para os personagens das histórias que se conta. Todos são de algum modo classificados, hierarquizados, tomados frequentemente como tipos ideais imersos em sociabilidades violentas e desregradas.

Há, em primeiro lugar, o que se dá nas casas. Lá, imagina-se, os idosos estão à salvo da sanha das ruas. Em casa eles dificilmente serão, por exemplo, vitimados por um acidente com um automóvel. Ou, ainda, estando *guardado* na sua habitação, o idoso estará menos susceptível a encontros desagradáveis, aqueles que se dão entre pessoas que, juntas, desequilibram o mundo ao seu redor ou a vida íntima dos personagens de tais feitos e desfeitos.

Ilusão, diz o JP. Nas casas dá-se o segredo da violação miúda e o escândalo da violação que faz de vizinhos e transeuntes testemunhas do horror de que somos capazes de cometer. Ali, no que deveria ser *o lar*, diz o JP, dão-se crimes vários, os quais não impactam apenas por si, mas, principalmente porque são apenas o ponto de estrangulamento de uma situação mais ampla e mais trágica de desrespeito ao homem e à mulher que chegaram à velhice.

Na apresentação de situações nas quais as paredes domésticas são a moldura para a degradação das relações intergeracionais, para a violência contra os idosos, o JP atualiza a tensão que se coloca, no âmbito deste estudo, como o seu interesse mais direto.

Ora, ao indicar, com frequência notável, violações a direitos dos idosos que se dão nas suas casas, aquele noticioso certamente não está *inventando*. Aquelas cenas que o Jornal descreve se deram de algum modo, e o relato jornalístico, ao menos naqueles casos, não parece destoar muito do seu referente empírico. Não pudemos observar, ao longo da pesquisa, nenhuma situação em que, após uma notícia desta natureza, alguém tenha se valido do direito de contestar a imprensa para propor uma leitura alternativa do havido.

Por outro lado, no entanto, não nos cabe imaginar que a matéria jornalística esteja imune a sua própria historicidade. Assim, se parece haver, num nível mais primário de análise, correspondência entre palavras e coisas, não parece menos certo que seja possível interpelar as matérias nos limites de suas escolhas expressivas – tomadas como palco de produção e de difusão de sentidos.

O que se deseja dizer é que, conforme indicado nas páginas iniciais deste texto, as matérias do JP, um tanto pelo que contam e em muito pela forma como contam, reelaboram as relações entre palavras e coisas. Tratar tão amiudamente das violações dos direitos dos idosos que se am-

bientam nas suas casas é, inicialmente, uma escolha, ainda que ela possa ser justificada eventualmente por dados epidemiológicos, policiais etc.

Entretanto, nem só de idosos violentados em suas próprias moradas vivemos nós, na atualidade. Muitas outras dimensões da dinâmica familiar dos idosos talvez pudessem ser objeto do interesse da imprensa. Além disso, os modos pelos quais as histórias são contadas dizem muito mais do interesse do Jornal em construir uma visibilidade singular para o contado do que do seu afã em informar. Isto fica patente quando lemos os textos pesquisados em busca de mapear as ênfases, os silêncios, os ditos e os não-ditos.

Caminhamos ali num chão ambíguo, enganosamente tranquilo mas, ao fim e ao cabo, marcado por uma geografia de interesses morais, por uma cartografia do mundo que objetiva indicar perigos, riscos, vulnerabilidades, no intuito de, enfim, sugerir aos seus leitores o que cabe e o que não cabe aos idosos no presente.

Há, nas matérias, uma elisão da historicidade das histórias contadas. Tudo se resume ao limite preciso do seu instante. Muito raramente algum feito do dia é articulado com tempos ou espaços outros. São silenciadas as tensões e os conflitos que, um dia, tornaram possível o rompimento brutal e, por vezes, sanguinolento, de relações quase sempre antigas e ancoradas no sangue, no parentesco, nas proximidades culturais como as mais incontornáveis.

Cabe ainda ressaltar que o JP, ou, ao menos, o que dele foi tornado objeto do estudo que aqui se relata, pensa e faz pensar quanto a três espacializações: o mundo urbano, o mundo rural e suas fronteiras. Cada uma daquelas espacializações é significada no corpus estudado a partir do acionamento de indicadores semânticos bastante próprios, em particular quando se pensa na enunciação específica de situações de violência.

Assim, por exemplo, ao tratar do mundo urbano – hoje o ambiente comum para mais de oitenta por cento da população brasileira (Fernandes

& Valença, 2004) – o JP se vale de um repertório cujas linhas de força mais visíveis estão ligadas à ideia de uma difusão quase natural daquilo que se deixa aprisionar no campo semântico que se articula em meio à enunciação das noções de insegurança, medo, risco, vulnerabilidade e violência. Ao tratar da zona rural, ou seja, do campo, o JP constrói uma discursividade ambígua, vez que para falar daquela espacialização se trata, às vezes até mesmo no âmbito de uma mesma matéria, de cenas e paisagens quase bucólicas – e, certamente, idealizadas – e de situações de violação flagrante e dura daquilo que viria a constituir o horizonte dos direitos individuais. Ao tratar das zonas que são limítrofes entre cidade e campo a enunciação é monolítica: ali se instalam os perigos e dali foge a segurança.

O registro de tais questões é, também, (um)a documentação dos modos pelos quais a cidade vive e é vivida pelos seus personagens mais velhos, e pelos que eles convivem. Pela indicação das cenas e dos palcos em que se dão as situações de violência é possível, ao historiador, cartografar minimamente os trajetos urbanos preferenciais dos principais protagonistas de suas histórias. Mais ainda, é possível inventariar os espaços e as práticas de espaço que serão objeto de significação como atualizações do perigo e do risco pela imprensa que se analisa (e que, por seu turno, não fala do vazio, mas do campo semântico que se abre em meio às condições de possibilidade do seu dizer).

Mais diretamente, tendo em vista os propósitos deste estudo, pode-se dizer que a espacialização oferecida pelo JP é menos um registro do vivido e mais um investimento simbólico de certa máquina enunciativa, localizada no seu tempo e no seu espaço, no sentido de construir uma imagem para a cidade como elemento potencializador da vulnerabilidade da pessoa idosa, algo que ali parece indiscutível.

PALAVRAS FINAIS

O envelhecimento da população brasileira parece indiscutível. Proliferam as séries estatísticas que atestam isso, e, em especial, os demógrafos se comprazem em explicar os números e a construir cenários passados, presentes e futuros para explicar, descrever e configurar essa expansão desmedida da velhice, a qual, enfim, nos conforta e nos assusta. Exemplos de números que significam, neste debate: os idosos brasileiros somavam 14,5 milhões em 2000 e serão, provavelmente, 31 milhões em 2020; no segmento populacional com idade superior a 60 anos, o grupo que mais cresce é o formado por maiores de 80 anos; imagina-se que, em 2020, o Brasil tenha 4,5 milhões de pessoas idosas altamente dependentes de cuidados alheios. Em 2008 o país tinha 3,2 milhões de idosos dependentes, dos quais 3,1 milhões estavam sob os cuidados das famílias.

Deriva do tal envelhecimento a produção – ainda que de forma meio caótica e pouco consensual – de uma espécie de agenda para a nossa experiência social e para o futuro do Estado. Por exemplo, destaca-se a questão previdenciária, na medida em que nela se hospedam tensões antigas e ainda não resolvidas, todas elas sendo insistentemente colonizadas por uma espécie de pânico social que se produz quando se antevê uma sociedade do futuro com mais velhos que jovens.

De todo modo, talvez a questão previdenciária, por mais séria que seja, possa ser colocada um pouco às margens do debate, em prol do enfrentamento de outras tensões. Não que ela deva ser esquecida, ou silenciada; nada disso: o que se imagina produtivo é, apenas, dimensioná-la de forma menos intensa para, a partir daí, tornar visível outras dimensões do envelhecimento populacional que merecem atenção e, mesmo, cuidado. Dimensões estas, aliás, nas quais a problemática previdenciária se encontra implicada.

Entre tais outras questões, chama a atenção às fronteiras cada vez maiores e mais visitadas entre o envelhecimento populacional e a violência – e, desde aí, a captura de tais circunstâncias por discursos midiáticos, estes, por suas vez, responsáveis pela atualização de modos de governamento dos corpos e das subjetividades. Como se sabe, disso tratou o presente estudo.

A violência contra a pessoa idosa. experiência marcada pelo seu espraiamento no Brasil contemporâneo (momento, paradoxalmente, marcado pela ampliação formal do direito do idoso e pela difusão da lógica do respeito aos direitos humanos), oferece a quem dela se aproxima para entendê-la uma chave instigante para pensar diversos aspectos da história recente do país. Na violência contra a pessoa idosa são atualizados diversos fluxos, os quais atravessam e constituem outras facetas da nossa sociabilidade e das nossas sensibilidades.

Assim, os dados mais brutos acerca daquela violência são com insistência brandidos como armas numa disputa discursiva cujo fim último parece ser reiterar a imagem de um país violento porque pobre, pobre porque violento. Um país *descivilizado*, incapaz de fazer valer regras de conduta que garantam a preservação da integridade física e psicológica das pessoas em geral e dos mais frágeis, em especial.

O que se diz, sobre isso, é que a violência contra a pessoa idosa no Brasil é, quase sempre, vivida no ambiente familiar. Na família desestruturada que temos como a mais comum, os idosos são agredidos por seus filhos e filhas, por seus genros e noras, por seus netos, netas, bisnetos, bisnetas. No mais das vezes, certamente porque vivem em média 8 anos a mais que os homens e são vítimas de esterótipos mais resistentes, as mulheres idosas sofrem mais a violência que os homens idosos. Sofre o seu corpo, sofre a sua alma; pancadas, tiros, golpes cortantes, a rapina dos *benefícios* ou de qualquer forma de renda, a negligência, o aban-

dono... As formas, múltiplas, quase sempre se acoplam umas às outras, potencializando seu efeito.

No entanto, além desse caráter quase *representativo*, aquele conjunto de agravos aos direitos humanos dos idosos consistem, por ele mesmo, um objeto de estudo e um alvo de intervenção que se colocam quase brutalmente sob os olhos do presente. Dada a constelação de signos de que dispomos e que nos configuram, de alguma forma, como contemporâneos tanto de formas disseminadas de barbárie quanto de uma insistente valorização do que se tem chamado de cultura da paz, a violência contra a pessoa idosa, tomada contra a luz da vida social mais ampliada ou, o que nos interessa destacar, pensada nos seus próprios limites, é algo intolerável.

Como, é importante frisar, é também intolerável a captura, por certas práticas de saber e poder, de seus fios, de seus rastros, de seus efeitos de sentido e de suas inscrições nos corpos de carne e pedra que usamos para viver – quando aquela captura resulta na produção de agendas restritivas e empobrecedoras da vida. Em outras palavras, se violentar o idoso é algo intolerável, não menos o é o gesto de fazer do registro daquela primeira dor uma dor outra, qual seja, a de difundir uma cultura do medo, da culpabilização das vítimas, da individualização dos males do mundo, para, desde aí, instituir uma ocupação dos espaços públicos e privados (quando não do próprio existir) que se elabora sob a marca do encapsulamento, da recusa à experimentação, da frequência apenas de lugares *policidados, iluminados, seguros*.

Um exemplo, apenas. Como foi mencionado pouco acima, os discursos que dão visibilidade à violência contra a pessoa idosa repercutem algo que, enfim, está nas estatísticas (mesmo sabendo das limitações, para dizer o mínimo, da estatística criminal brasileira, ainda cremos, *cientistas sociais*, nela...): a família é um território adverso aos idosos.

No entanto, cabe perguntar se, nas análises assim realizadas, não se está trabalhando, em algum grau, com conceitos falsos, com noções inadequadas, com ferramentas mais afeitas à ambiência do senso comum do que, propriamente, como ferramentas teóricas e metodológicas produtivas. Como em algum momento disse Michel Foucault, cabe contrapor, até mesmo, e principalmente, no âmbito das práticas acadêmicas, os efeitos de saber aos efeitos de opinião.

Neste sentido, o que se deseja lembrar é que há duas questões enredadas nas matérias que registram a amplitude da violência familiar contra a pessoa idosa. Num nível, há o registro propriamente dito, a indicação de que há um parentesco legalmente reconhecido entre agressor e agredido. Noutra, mais silencioso e ao mesmo tempo mais intenso, há a indicação de que os feitos relatados se deram no interior de uma família infelizmente desfeita, desagregada, anormal.

O que não se diz, entretanto, é que a família é uma fabricação histórica, e, como tal, é algo instável e em permanente negociação e reinvenção. Os laços familiares não precisam ser naturalizados – decorrendo daí que a moralização das relações entre as pessoas que, em tese, formam uma *família*, é um equívoco que cabe apontar e recusar. Assim, não há nenhuma garantia – e disso até mesmo a demografia dá conta... – de que os filhos cuidarão dos pais, ou que a convivência doméstica se fará, sempre, a despeito de tudo, isenta de conflitos de gênero e geração.

As pessoas fazem escolhas, em algum grau, no que diz respeito aos vínculos que serão a sua vida, e se movem no largo ou estreito canal que se abre aí. Muito ou pouco lhes escapa ao controle, vez que a vida (a história) é fugidia e, por vezes, indisciplinada; no entanto, os laços que vão sendo tecidos em boa medida repetirão a si no tempo, sob a forma de relações mais ou menos acolhedoras, por exemplo, à diferença trazida para os corpos pelo envelhecimento.

Culpar as famílias e, em meio a isso, culpar em alguma medida as próprias vítimas pelo fracasso de sua condição de formador de um grupo coeso e harmônico é, em si, outra violência. Ainda mais porque tais condenações se impregnam no corpo e na alma dos outros, dos leitores, que são ali informados de que, *talvez*, estejam conduzindo de forma *errada* sua dinâmica familiar – o que, *talvez*, permita no futuro experimentar a condição de vítima de violências várias.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia - PSI*, Abri./Jun. 2002, p. 7-8.

AGRA DO Ó, Alarcon. Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, jun. 2008.

AGRA DO Ó, Alarcon. Velhice e modernidade: espaços de problematização da masculinidade. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias. (Org.). *Gênero em Questão - ensaios de literatura e outros discursos*. 1 ed. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2007, p. 211-223.

AGRA DO Ó, Alarcon. *Velhices Imaginadas*. Campina Grande. PB: EDUFPG, 2010.

ARAÚJO JÚNIOR, Ignácio Tavares de. et alli. Cálculo e avaliação dos indicadores sócio-econômicos na Paraíba para orientação de políticas de redução de pobreza. In. <http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao/documentos/catalogoresumo/8.TRABALHO/8CCSADEPEX06.pdf>

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BEHAR, Regina. Desejos de cidade: culturas e sociabilidades urbanas na Paraíba. In. ANDRADE, Joel Carlos de. et alli. (orgs.) *Cultura e cidades*. Campina Grande: EDUFPG, 2009, p. 07-19.

BELTRÃO, Solange. *Um porto chamado Asilo... de Velhos*. Recife, PE: Editora AGN, 2009.

BERNARDO, Kátia Jane Chaves. As relações intergeracionais e a violência familiar contra o idoso. In. MOTTA, Alda Britto da et alii (orgs.) *Reparando a falta*. Dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005, p. 75-86.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In. SACHS, Ignacy. et alii. (orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14-37.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva & WATANABE, Helena Akemi Wada. Violência contra idosos: do invisível ao visível? In. CORTE, Beltrina. et. alii. (orgs.) *Velhice, envelhecimento, complex(idade)*. São Paulo: Vetor, 2005, p. 305-326;

BIROLI, Flávia. Dizer (n)o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso. In. SIGNORINI, Inês. (org.) *(Re)Discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 157-184.

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: USP: Ed. 34., 2008.

BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror. Diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Subsecretaria de direitos humanos. Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa. Brasília, 2005

BRICENO-LEÓN, Roberto. Violencia interpersonal: salu publica y gobernabilidad. In. MINAYO, Maria Cecilia de Souza & COIMBRA JR., Carlos E. A. (orgs.) *Críticas e atuantes*. Ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 649-663.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, idades e gerações. Cadernos do CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 349-355. 2004.

- BRUNI, José Carlos et alii. (orgs.) *Decifrando o tempo presente*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BUKOVSKÁ, Barbora. Perpetrando o bem: as conseqüências não desejadas da defesa dos direitos humanos. SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos. Ano 5. Número 9. São Paulo. Dezembro de 2008, p. 07-21.
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha & MOURA, José Francisco de. (orgs.) *Violência na história*. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2009.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- Ciência e saúde coletiva v.11 supl.0 Rio de Janeiro 2006.
- Ciência e saúde coletiva v.11 n.2 Rio de Janeiro abr./jun. 2006.
- CORTE, Beltrina & GOMES, Mayra Rodrigues. Velhice e violência: o outro lado das notícias e cobertura. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007.
- COSTA, Suely Gomes. A serração das velhas. Labrys, estudos feministas, número 1-2, julho/dezembro 2002.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. Imprensa, história, historiografia. Algumas observações. In. FERREIRA, Antonio Celso et alii. (orgs.) *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora UNESP; ANPUH, 2008, p. 129-138.
- DAL RI JUNIOR, Arno & OLIVEIRA, Odete Maria de. (orgs.) *Cidadania e nacionalidade*. Efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2003.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999.

DEBERT, Guita Grin. O velho na propaganda. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003.

DELINSKI, Gisele. et alii. Tipos de medo encontrados em adultos e idosos na cidade de Curitiba. In. *Estudos Interdisciplinares Sobre Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 3, p. 89-102, 2001.

DUARTE, André. *Vidas em risco*. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ECKERT, Cornelia. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza & COIMBRA JR., Carlos E. A. (orgs.) *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 73-102.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Seguido de “Envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 07-76.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Violência contra a pessoa idosa*. Ocorrências, vítimas e agressores. Brasília: Universa, 2007.

FARGE, Arlette. Da Violência. In. _____. *Lugares para a história*. Lisboa: Teorema, 1999, p. 29-48.

FARGE, Arlette. Violência. In. BURGUIÈRE, André. (org.) *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 768-769.

FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação & mídia impressa*. Estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FAUSTO, Bóris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

FERRARI, Ana Josefina. *A voz do dono*. Uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos. Campinas, SP: Pontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. (coord.) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Saúl. La violencia homicida y su impacto sobre la salud en América Latina. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza & COIMBRA JR., Carlos E. A. (orgs.) *Críticas e atuantes*. Ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 619-635.

GARNEL, Maria Rita Lino. *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

GARRIDO, Edleusa Nery. Na velhice também? O PSF identificando mulheres em situações de violência doméstica. In. MOTTA, Alda Britto da et alii (orgs.) *Reparando a falta*. Dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005, p. 87-97.

GAYOL, Sandra. Sexo, violencia y crimen en la ciudad moderna. Buenos Aires en el recambio de siglo. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *História cultural*. Experiências de pesquisa. Porto Alegre, OS: Editora da UFRGS, 2003, p. 107-124.

GERZSON, Vera Regina Serezer. *A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal – os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e Istoé*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre et alii. Cães, mulheres e nogueiras, quanto mais se bate, melhor ficam. In. ROMERO, Elaine. (org.) *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 135-156.

HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE. Censo de 2000. Resultados da Amostra do Censo Demográfico da Paraíba. In. <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=amostra>

IBGE. Indicadores sociodemográficos prospectivos para o Brasil 1991/2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. In. http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In. RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 213-230.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In. LE GOFF, Jacques. (dir.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 216-240.

LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In. _____. (orgs.) *Direitos e justiça no Brasil*. Ensaios de história social. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 09-22.

LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez de. Apresentação. In. _____. (org.) *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 07-11.

LEÃO, Andréa Borges. *Norbert Elias & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In. LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez de. (orgs.) *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 13-23.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 7, jun. 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. Estudos feministas e os diálogos franco-brasileiros. In. MARTINS, Carlos Benedito. (org.) *Diálogos entre a França e o Brasil*. Formação e cooperação acadêmica. Recife: FJN; Ed. Massangana, 2005, p. 345-366.

MAGALHAES, Nara. Significados de violência em abordagens da mensagem televisiva. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, jun. 2009 .

MARQUES, Márcia Siqueira Costa & PADILHA, Sônia. Envelhecimento na Revista Veja: análise dos conteúdos publicados. X Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde, 2007.

MÉLICH, Joan-Carles. A resposta ao outro: a carícia. In. LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez de. (org.) *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 170-179.

MENEZES, Leandro Alves Martins de. Técnicas disciplinares da biopolítica, direitos humanos e sistemas que regulam a violência. In. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder*. Florianópolis, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & COIMBRA JR., Carlos E. A. (orgs.) *Críticas e atuantes*. Ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

NEDER, Gizlene. (org.) *História & direito*. Jogos de encontros e transdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. Velhice e qualidade de vida na mulher. In. _____ . (org.) *Desenvolvimento e envelhecimento*. Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papyrus, 2001, p. 161-200.

NJAINÉ, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciência & Saúde Coletiva*. São Paulo, v. 7, n.2, 2002.

NÓBREGA JR., José Maria. In http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=687:a-explosao-da-violencia-na-paraiba&catid=36:ciencias-sociais&Itemid=379; consulta 11/10/2011.

ORLANDI, Eni P. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

OST, François. *O tempo do direito*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PAIM, Jairnilson Silva. Atenção à saúde no Brasil. In. BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde no Brasil*. Contribuição para a Agenda de Prioridades de Pesquisa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006, p. 15-44.

PASSETI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. In. _____. *Vida capital*. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 55-59.

PINTO, Julio & SERELLE, Márcio. (orgs.) *Interações midiáticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PITTA, Áurea M. da Rocha. (org.) *Saúde & Comunicação*. Visibilidades e silêncios. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

PORTO JR., Gilson. (org.) *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 8, dez. 2002.

QUEIROZ, André. *O presente, o intolerável...* Foucault e a história do presente. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

RAGO, Margareth & VEIGA-NETO. (orgs.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. *Estudos de psicologia*. (Natal), Natal, v. 8, n. 3, dez. 2003.

RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 203-209.

REVEL, Judith. Governamentalidade. In. _____. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005, p. 54-55.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade, nação e mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil. In. SACHS, Ignacy. et alli. (orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 132-161.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Liberdades reguladas*. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 198, p. 30-45.

ROUX, Patrick Le. Paul Veyne. In. SALES, Véronique. (org.) *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 351-369.

SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANCHES, Ana Paula R. Amadio; LEBRAO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. Violência contra idosos: uma questão nova? *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, set. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) *História da vida privada no Brasil* 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWERTNER, Suzana Feldens. Análise das condições de produção de Cidade dos homens: articulações entre Educação e Comunicação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n. 1, abr. 2007.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Bárbara Garcia Ribeiro Soares. A delegacia de defesa da mulher: um exercício de biopolítica. In. *Fazendo Gênero 7 - Gênero e preconceitos*. Florianópolis, 2006.

SOUTO, Cláudia Maria Ramos Medeiros et al. Tendências das pesquisas de enfermagem em saúde da mulher no período de 2001 a 2005. *Texto contexto - enfermagem*, Florianópolis, v. 16, n. 4, out./dez. 2007.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000400011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 14 abr. 2011.

SOUZA, Pedro de. Dentro e fora: violência e irrupção urbana em cidades médias. In. *Escritos*. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB – NUDECRI – UNICAMP, s.d., s.p.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito; MELLO, Ricardo Pimentel. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002.

SWAIN, Tânia Navarro. Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista. In. RAGO, Margareth & VEIGA-NETO. (orgs.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 261-270.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In. RAGO, Margareth et alii. (orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-34.

VERAS, Renato et alii. Transformações demográficas e os novos desafios resultantes do envelhecimento populacional. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza & COIMBRA JR., Carlos E. A. (orgs.) *Críticas e atua-*

tes. Ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 503-518.

VIVARTA, Veet. *O grito dos inocentes*. Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. O espetáculo da noite em Pombal: a luz dita moderna e as representações sobre a escuridão. In. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (org.) *Cidades e experiências modernas*. Campina Grande: EDUFCG, 2010, p. 19-55.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In. MALERBA, Jurandir. (org.) *A história escrita*. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191-210.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) *História da vida privada no Brasil 4*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 245-318.

ZUBEN, Newton Aquiles von. Envelhecimento: metamorfose de sentido sob o signo da finitude. In. NERI, Anita Liberalesso. (org.) *Maturidade e velhice*. Trajetórias individuais e socioculturais. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 151-182.

Formato *16x23cm*
Tipologia *Times New Roman*
Papel *Offset*
Nº de Pág. *100*



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG